



Anais da Assembléia

N.º 136

CURITIBA, QUARTA-FEIRA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 126.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1984.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Pereira e Donato Gulin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basilio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Léonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM 284/84

Curitiba, 07 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1.º de janeiro de

1985, os vencimentos dos cargos efetivos, dos Poderes Executivos, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis reflete a preocupação do Governo do Estado no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração dos servidores públicos estaduais em níveis justos e atualizados, isto, obviamente, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná.

A anexa Exposição de Motivos n.º 2902/84, firmada, nesta data, pelo Senhor Secretário de Estado da Administração, apresenta maior detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual, e, inclusive, ressalta o fato de estarem sendo atendidas reivindicações de vários grupos de funcionários e que foram apresentadas pela Liderança do Governo e pelos Nobres Membros da Bancada.

Outrossim, dada a relevância da matéria, solicito sua inclusão no rol daquelas que serão apreciadas no atual período da convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 345/84

Art. 1.º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam fixados, de acordo com os valores constantes dos Anexos I e II.

Art. 2.º - O valor unitário do salário família, atribuído ao funcionalismo estadual, fica fixado em Cr\$ 5.964 (cinco mil, novecentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 3.º - O valor mensal das pensões especiais, previsto no artigo 3.º, da Lei n.º 7877, de 04 de julho de 1984, fica fixado em Cr\$ 78.681 (setenta e oito mil,

seiscentos e oitenta e hum cruzeiros).

Art.4.º - A gratificação de produtividade de que trata o artigo 4.º, da Lei n.º 7877/84, fica majorada em 75% (setenta e cinco por cento).

Art.5.º - Os valores atingidos pelo artigo 5.º, da Lei n.º 7877/84, ficam majorados em 75% (setenta e cinco por cento).

Art.6.º - Os vencimentos dos cargos não abrangidos especificamente pelas tabelas anexas a presente lei, ficam majorados em 75% (setenta e cinco por cento) sobre os vencimentos vigentes em julho de 1984.

Art.7.º - O vencimento mensal dos cargos em comissão de Secretário de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar e Procurador Geral do Estado, ficam fixados em Cr\$ 4.032.268 (quatro milhões, trinta e dois mil, duzentos e sessenta e oito cruzeiros).

Art.8.º Ficam alteradas as tabelas de escalonamento vertical de que tratam os artigos 124 e 126 da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, as quais modificadas pelo artigo 8.º da lei n.º 7540, de 08 de dezembro de 1981, passam a vigorar de acordo com o Anexo III.

Parágrafo Único - O vencimento mensal dos cargos de Agente Fiscal AF-4C, AF-4B e AF-4A, é fixado em 93%, 78% e 57% do valor estabelecido para o cargo Agente Fiscal AF-4D.

Art.9.º - Ficam transformados 7 (sete) cargos em comissão de Delegado Regional da Receita categoria "D" e 6 (seis) cargos da categoria "E" em 13 (treze) cargos de Delegado Regional da Receita Categoria "C", e 37 (trinta e sete) cargos em comissão de Auxiliar Técnico categoria "F" em 37 (trinta e sete) cargos de Auxiliar Técnico categoria "D".

Art.10 - Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar a estrutura de cargos do Quadro da Coordenação da Receita do Estado, criada pela Lei n.º 7.051/78, mediante a transformação, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, dos cargos vagos do mesmo Quadro, desde que não resulte em aumento de despesa.

Art.11 - O art.122, da Lei n.º 7051, de 04 de dezembro de 1978, alterado pelo art.4.º da Lei n.º 7.787, de 21 de dezembro de 1983, passa a ter a seguinte redação: "Os funcionários da Coordenação da Receita do Estado - CRE circunscrito às hipóteses dos itens I e II do art.121, farão jus à percepção das vantagens de exercício de que trata o § 2.º do art.44, calculados com base no vencimento do cargo efetivo da estrutura da CRE a que tiver direito".

Art.12 - O funcionário do Quadro Geral, do Poder Executivo que concorreu ao processo de ascensão funcional de que trata o art.18, inciso I, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e que em virtude de habilitação foi provido em cargo do Grupo Ocupacional - P - Profissional, na referência 1, será atribuído, a partir de

janeiro de 1985, em referência não inferior àquela em que, por ocasião do enquadramento definitivo, foram enquadrados, na mesma categoria, funcionários com igual ou menor tempo de serviço.

Art.13 - A gratificação de que trata o art.1.º da Lei n.º 6794, de 08 de janeiro de 1976, com a posterior alteração, quando se referir ao inciso II, do art.172, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, incidirá, quando aplicável, sobre o vencimento e adicionais do cargo que servir de base para o cálculo dos proventos.

Art.14 - O funcionário aposentado em cargo de Engenheiro ou Arquiteto, anteriormente à vigência da Lei n.º 7122, de 26 de abril de 1979, beneficiado pelo art.2.º, parágrafo único, inciso III da Lei Complementar n.º 21, de 26 de outubro de 1984, terá proventos revistos, na forma do Decreto n.º 935, de 27 de julho de 1979, pelo critério de antigüidade, com base no vencimento da classe em que, po ocasião da redistribuição, tenha sido provido funcionário com igual ou menor tempo de serviço.

Art.15 - O atual índice percentual da verba de representação instituída pelas Leis n.ºs 7113, de 10 de abril de 1979, 7265, de 10 de dezembro de 1979 e 7443, de 29 de dezembro de 1980, modificado por legislação posterior, fica fixado em 100% (cem por cento).

Art.16 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

TABELA IV ENGENHEIROS

CLASSE	VALOR
1. ^a	2.004.460
2. ^a	1.807.284
3. ^a	1.629.946
4. ^a	1.470.274
5. ^a	1.310.638

ANEXO I

TABELA I

POLÍCIA MILITAR

	VALOR
Soldo do Posto de Coronel.....	1.053.150

TABELA II

COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE

	VALOR
a) Agente Fiscal 1, Classe "C", Referência IV.....	771.095
b) Diretor da CRE (em comissão)...	917.971
c) Agente Fiscal 4, Classe "D"....	349.307

TABELA III

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

a) PROCURADORES:

CLASSE	VALOR
1. ^a	2.012.500
2. ^a	1.891.750
3. ^a	1.771.000

b) ADVOGADOS:

CLASSE	VALOR
1. ^a	1.650.250
2. ^a	1.529.500

TABELA V
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

a) Vencimentos para 40 horas semanais

Ref. Padrão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
A	307.258	312.488	317.808	323.219	328.723	334.320	340.011	345.800	351.687	357.673	363.763
B	312.613	322.407	332.510	342.930	353.675	364.757	376.187	387.975	400.132	412.669	425.600
C	321.240	335.634	350.672	366.383	382.798	399.950	417.870	436.591	456.153	476.591	497.945
D	349.270	367.605	386.900	407.218	428.596	451.087	474.773	499.698	525.939	553.547	582.611
E	408.646	430.088	452.677	476.430	501.462	527.775	555.497	584.655	615.338	647.647	681.654
F	478.100	503.214	529.632	557.431	586.687	617.505	649.920	684.038	719.943	757.751	797.517
G	559.389	588.763	619.673	652.214	686.432	722.492	760.418	800.348	842.352	884.311	925.377
H	843.431	885.307	926.437	969.717	1.015.271	1.063.226	1.113.682	1.166.803	1.222.690	1.281.530	1.343.459
I	1.004.274	1.051.639	1.101.502	1.153.976	1.209.208	4.267.329	1.328.524	1.392.893	1.460.660	1.531.993	1.607.058

TABELA V
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

a)Vencimentos para 30 horas semanais						Valores em cruzeiros					
Ref.	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
Padrão											
A	230.448	234.372	238.362	242.420	246.548	250.747	255.015	259.357	263.772	268.262	272.830
B	234.465	241.811	249.389	257.204	265.263	273.575	282.147	290.988	300.107	309.510	319.208
C	240.936	251.732	263.011	274.793	287.106	299.971	313.411	327.451	342.123	357.453	373.467
D	261.959	275.710	290.183	305.420	321.455	338.324	356.088	374.783	394.464	415.171	436.969
E	306.491	322.574	339.517	357.332	376.106	395.841	416.633	438.502	461.515	485.747	511.253
F	358.583	377.420	397.234	418.083	440.027	463.141	487.452	513.042	539.971	568.328	598.153
G	419.552	441.582	464.766	489.172	514.837	541.882	570.328	600.276	631.779	663.250	694.050
H	632.590	663.997	694.846	727.305	761.472	797.440	835.282	875.124	917.040	961.171	1.007.620
I	753.224	788.749	826.147	865.504	906.928	950.521	996.404	1.044.695	1.095.522	1.149.023	1.205.323

TABELA V
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

c)Vencimento para 20 horas semanais											
Ref.	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
Padrão											
J	664.732	696.083	729.088	763.820	800.378	838.848	879.343	921.959	966.815	1.014.030	1.063.716

TABELA VI
MAGISTÉRIO

Ref.	Valores em cruzeiros										
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
Padrão											
PA-1	375.551	386.818	398.422	410.371	422.681	435.361	448.418	461.868	475.720	490.446	504.687
PB-2	431.886	444.839	458.181	471.926	486.085	500.662	515.676	531.146	547.078	563.487	580.389
PC-3	518.259	533.806	549.818	566.310	583.301	600.794	618.817	637.374	656.495	676.189	696.473
PD-4	595.995	613.872	632.285	651.253	670.790	690.910	711.634	732.982	754.971	777.619	800.943
PE-5	685.391	705.951	727.128	748.937	771.405	794.543	818.377	842.924	868.208	894.255	921.082

TABELA VII
MAGISTÉRIO SUPERIOR

CARGO	VALOR
Instrutor do Ensino Superior.....	913.722
Assistente do Ensino Superior.....	950.271
Professor do Ensino Superior.....	988.282
Professor Titular.....	988.282

TABELA VIII
PROFESSOR DO QUADRO ÚNICO

CARGO	VALOR
LP - Licenciatura Plena - 22 horas	402.594
LP - Licenciatura Plena - 15 horas	282.584
LP - Licenciatura Plena - 10 horas	239.377

LC - Licenciatura Curta - 22 horas	345.891
LC - Licenciatura Curta - 15 horas	243.925
LC - Licenciatura Curta - 10 horas	236.402

NL - Não Licenciado - 22 horas	289.184
NL - Não Licenciado - 15 horas	241.570
NL - Não Licenciado - 10 horas	230.452

TABELA IX
CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO
E DO TRIBUNAL DE CONTAS

a) CARGOS EM COMISSÃO:

SÍMBOLO	VALOR
1-C.....	847.143
2-C.....	782.369
3-C.....	722.212
4-C.....	667.101
5-C.....	616.322
6-C.....	569.380
7-C.....	526.911
8-C.....	487.187
9-C.....	451.052
10-C.....	417.091
11-C.....	386.988
12-C.....	358.114
13-C.....	331.926
14-C.....	308.057
15-C.....	292.043

b) DAS

SÍMBOLO	VALOR
DAS - 1.....	2.290.373
DAS - 2.....	2.098.132
DAS - 3.....	1.933.886
DAS - 4.....	1.710.605
DAS - 5.....	1.331.057

TABELA X
FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO
E DO TRIBUNAL DE CONTAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F.....	88.187
2-F.....	74.870
3-F.....	66.020
4-F.....	52.993
5-F.....	48.429
6-F.....	39.534
7-F.....	30.698
8-F.....	26.500
9-F.....	21.637
10-F.....	17.563

TABELA XI

PESSOAL EFETIVO DOS TRIBUNAIS
DE CONTAS, JUSTIÇA E ALÇADA

NÍVEL	VALOR
01	1.185.359
02	1.086.020
03	994.782
04	894.941
05	822.190
06	755.893
07	695.560
08	617.461
09	565.803
10	518.455
11	475.074
12	445.002
13	401.052
14	365.534
15	334.943
16	306.909
17	281.249
18	257.717

TABELA XII

PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

CARGO	VALOR
Procurador.....	2.464.911
Consultor Legislativo CL-J	
Classe A - Referência 1.....	1.185.359

ANEXO II
TABELA I

CARGO	VALOR
Desembargador	2.016.134
Juiz do Tribunal de Alçada	1.915.326
Juiz de Entrância Final	
e Auditor da Justiça Militar ...	1.794.194
Juiz de Entrância Intermediária.	1.616.844
Juiz de Entrância Inicial	1.457.090
Juiz Substituto	1.313.278

TABELA II		
TRIBUNAL DE CONTAS		VALOR
CARGO		
Conselheiro	2.016.134	
Auditor	1.915.326	

EM COMISSÃO		
Procurador Junto ao		
Tribunal de Contas	2.016.134	

TABELA III		
MINISTÉRIO PÚBLICO		VALOR
CARGO		
Procurador Geral da		
Justiça (em comissão).....	2.016.134	
Procurador da Justiça.....	1.915.326	
Promotor de Entrância Final.....	1.794.194	
Promotor de Entrância		
Intermediária.....	1.616.844	
Promotor de Entrância		
Inicial.....	1.457.090	
Promotor Substituto.....	1.313.278	

ANEXO III
TABELA I - CRE
TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL DOS
CARGOS EFETIVOS A QUE SE REFERE
O ARTIGO 8.º

SÉRIE DE	CLASSE	REFERÊNCIA	PERCENTUAL
AF-1	C	IV	100
AF-1	C	III	98
AF-1	C	II	96
AF-1	C	I	94
AF-1	B	IV	92
AF-1	B	III	90
AF-1	B	II	88
AF-1	B	I	86
AF-1	A	IV	84
AF-1	A	III	82
AF-1	A	II	80
AF-1	A	I	79
AF-2	C	IV	78
AF-2	C	III	77
AF-2	C	II	76
AF-2	C	I	75
AF-2	B	IV	74
AF-2	B	III	73
AF-2	B	II	72
AF-2	B	I	71
AF-2	A	IV	70
AF-2	A	III	69
AF-2	A	II	68
AF-2	A	I	67
AF-3	C	IV	65
AF-3	C	III	64
AF-3	C	II	63
AF-3	C	I	62
AF-3	B	IV	60
AF-3	B	III	59
AF-3	B	II	58
AF-3	B	I	57
AF-3	A	IV	55
AF-3	A	III	54
AF-3	A	II	53
AF-3	A	I	52

TABELA II - CRE
TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL
DOS CARGOS EM COMISSÃO A QUE SE
REFERE O ARTIGO 8.º

CARGOS	CATEGORIA	PERCENTUAL
--------	-----------	------------

Diretor da CRE	A	100
Insp. Geral de Tributação	B	94
Insp. Geral de Arrecadação	B	94
Insp. Geral de Fiscalização	B	94
Chefe de Assessoria	B	94
Assistente Técnico	C	89
Consultor Técnico	C	89
Delegado Reg. da Receita	C	89
Auxiliar Técnico	D	86

Of. n.º 2.902/84-GB

Curitiba, de dezembro de 1984.
Exposição de Motivos

Assunto: Fixação de vencimentos dos funcionários civis e militares, a partir de 1.º de janeiro de 1985.

Senhor Governador:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, o incluso estudo sobre a fixação dos vencimentos dos funcionários estaduais, civis e militares, com vigência prevista para 1.º de janeiro de 1985.

O trabalho em referência acha-se substanciado em uma minuta de anteprojeto de lei, acompanhada das respectivas tabelas que definem os novos valores de retribuição.

Em decorrência da fixação de vencimentos, a proposta atualiza os valores do salário família, das pensões especiais e da gratificação de produtividade.

O anteprojeto de lei proposto, embora tratando como regra geral o reajuste de vencimentos do funcionalismo, dispõe ainda sobre alguns assuntos de natureza especial que julgamos oportuno fossem aqui tratados e que somam um representativo número de funcionários que terão diretamente algum benefício além do aumento, quer em função de novo cálculo para a fixação do vencimento base constante das respectivas Tabelas, ou quer por disposições expressas contidas no texto do projeto.

Esta Secretaria procurou, por meio deste instrumento e no interesse da Administração, ajustar alguns detalhes estruturais na área de pessoal.

Assim, os artigos 8.º, 9.º, 10 e 11 do anteprojeto, tratam de adequações no âmbito da Secretaria de Estado das Finanças, proporcionando uma reavaliação na tabela de escala vertical, que visa adequar os percentuais que determinam os vencimentos dos cargos efetivos daquela Pasta; redistribuir os respectivos cargos em comissão de forma a atualizá-los dentro do contexto geral do Estado; e permitir ao Poder Executivo a transformação de cargos do Quadro da Coordenação da Receita do Estado, assegurando com isso a possibilidade de movimentar os recursos humanos da área das finanças com vistas a estimular a importante tarefa de arrecadar e fiscalizar.

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado do Paraná

Palácio Iguçu- Centro Cívico Nesta Capital

Em virtude de estudos realizados no órgão próprio desta Secretaria foi inserido o art. 12 ao texto do anteprojeto de lei proposto, com o objetivo de reparar um tratamento desigual que foi adotado quando da aplicação da ascensão funcional estabelecida pela Lei n.º 7.424/80, pelo qual, em função do mesmo dispositivo de lei, o pessoal cujo processo levou ao provimento em cargo do Grupo Ocupacional - Semiprofissional, Administrativo e de Serviços Gerais, foi redistribuído em razão do tempo de serviço e o pessoal que foi promovido em cargo do Grupo Ocupacional - Profissional, foi excluído desse critério e enquadrado na referência 01, inicial da respectiva categoria funcional.

Da mesma forma, com a redação do art. 13, pretendemos sanar um lapsus ocorrido na nova redação dada ao art. 1.º da Lei n.º 6.794, de 08 de junho de 1976, propondo agora que o cálculo do serviço extraordinário incida sobre o vencimento acrescido dos adicionais do cargo que servir de base à fixação dos proventos do funcionário, por ocasião da aposentadoria.

Ainda, no art. 14, o estudo proposto contempla engenheiros e arquitetos aposentados antes da vigência da Lei n.º 7.122/79, fazendo a adequação, pelo critério de antigüidade, pela mesma forma em que foram redistribuídos os funcionários em atividade, assegurando ao inativo ter os proventos revistos com base na classe onde foi provido funcionário com tempo de serviço correspondente ao seu na ocasião da aposentadoria.

Os demais ajustes propostos, não constam do texto do anteprojeto, refletindo-se apenas nas tabelas de vencimentos anexas ao mesmo.

Com relação à categoria Profissional dos Engenheiros e Arquitetos, foi prevista uma reavaliação nos valores dos respectivos vencimentos-base, visando aproximá-los com os de outros segmentos do funcionalismo, ocupantes de cargos para os quais é exigida escolaridade de nível superior.

Igualmente, foram objeto de revisão, os valores de vencimentos dos cargos em comissão, dos Três Poderes, tendo em vista que os mesmos tem tido unicamente os reajustes normais, enquanto os cargos efetivos tem sido objeto de reestruturações ou reajustes especiais.

Aos cargos integrantes da carreira de Procurador, da Procuradoria Geral do Estado, atendendo reivindicação da respectiva Associação, foi adotado um índice de correção e sobre ele calculado o reajuste que resultou nos vencimentos fixados na tabela anexa ao estudo de anteprojeto de lei em referência.

Objetivando tratar uniformemente a força de trabalho, dentro da política de

recursos humanos imprimida pelo Governo do Estado, as tabelas de vencimentos dos funcionários estatutários e as tabelas de salários do pessoal celetista, estão sendo elaboradas de forma a estabelecer-se uma equivalência salarial entre os servidores dos dois regimes, cujas atribuições funcionais sejam iguais ou semelhantes. Esta medida irá atender, em parte, reivindicação de diversas Associações representativas de Classe do funcionalismo no sentido de estabelecer uma Política Salarial mais justa e uniforme para a categoria.

O reajuste dos servidores celetistas, com a equiparação mencionada, somente não figurou do texto nem dos anexos do anteprojeto de lei aqui referido, por se tratar de matéria de decisão interna da administrativa.

Com relação aos vencimentos dos membros da Magistratura, na sua fixação, pela forma constante deste estudo, procurou-se ajustá-la aos termos do Decreto-lei n.º 2.172, de 19 de novembro de 1984 e, em consequência, foi adotado o mesmo procedimento relativamente aos Membros do Ministério Público, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado.

Os vencimentos dos cargos em comissão de Secretários de Estado, Chefes da Casa Civil e Militar, e Procurador Geral do Estado, foi fixado tendo-se em vista um reexame na concessão da verba de Representação, visando, para esses casos, a respectiva revogação.

Esta Secretaria recebeu, examinou e procurou atender, na medida do possível, as reivindicações de vários grupos de funcionários apresentadas pela Liderança do Governo na Assembléia legislativa, oferecidas com muito critério pelos membros da respectiva Bancada.

Várias das pretensões acima referidas foram atendidas e figuram no estudo apresentado, constando expressamente das disposições que integram o estudo de anteprojeto de lei, ou inseridas nos anexos que o acompanham.

O número total de servidores abrangidos pelas disposições especiais constantes do estudo de anteprojeto de lei anexo, é de 29.270, correspondendo a 25% dos componentes da Administração Direta e Autárquica, número este que, desdobrado por setores e atividades, resulta no seguinte quadro quantitativo:

Pessoal da SEFI/CRE:::::::::::::	2.300
Redistribuição conforme art.12 :::::	211
Engenheiros e Arquitetos:::::::::::::	357
Cargos Comissionados "DAS":::::::::::::	537

Procuradores e Advogados :::::::::::	261
Quadro Geral do Estado :::::::::::	17.849
Quadro CLT :::::::::::	5.501
TOTAL	29.270

Queremos acrescentar, nesta oportunidade, que, decorridos apenas um ano e nove meses de gestão do Governo de Vossa Excelência, do qual me sinto honrado em dirigir a Pasta da Administração, já se realizou bastante no que diz respeito a recursos humanos, especialmente na parte a que se refere à concessão, atualização e adequação dos direitos e vantagens funcionais, tanto ao pessoal ativo quanto aos inativos.

Para se ter uma idéia mais real dos procedimentos da atual gestão em favor dos servidores da administração direta e indireta, a seguir passamos a enumerar um rol das concessões já efetivadas e o número de beneficiados:

1. instituição da Gratificação de Natal aos servidores estatutários (92.000 funcionários)
2. reajuste semestral para todos os servidores estatutários e celetistas (115.000 servidores)
3. melhoria de caráter geral aos funcionários do Tribunal de Justiça, Alçada e Assembleia Legislativa (3.700 servidores)
4. atendimento à Magistratura e Ministério Público com a vantagem dos cálculos adicionais (750 funcionários)
5. concessão de verba de Representação de 60% aos integrantes das carreiras de Delegado, Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado (320 funcionários)
6. concessão de aumento médio de 50% à Polícia Militar à partir de março/84 - 18.000 policiais militares)
7. concessão de Gratificação de Representação aos Policiais Civis, variável de 30 a 45% (2.630 funcionários).
8. aproveitamento de todos os funcionários aprovados em processo de ascensão funcional (3.000 funcionários)
9. antecipação da data-base de reajuste dos servidores celetistas de novembro/84 para julho/84 (22.000 servidores)
10. unificação das datas-base de reajuste dos servidores estatutários e celetistas para os meses de janeiro e julho de cada ano.
11. concessão do índice de aumento equivalente a 102.4% do INPC em julho/84, pa-

- ra a maioria dos servidores estatutários e celetistas (110.000 servidores)
12. autorização para aplicação do I.N.P.C. pleno aos servidores dos órgãos da administração indireta do Estado, à partir de agosto/84. (42.700 servidores)
13. aumento aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério em julho/83, em percentual de 17% acima do concedido ao restante do funcionalismo (48.000 funcionários)
14. unificação do valor hora-aula dos professores estatutários e celetistas, à partir de julho/84 (7.008 professores)
15. concessão da Gratificação de Regência de Classe aos Professores do Ensino Supletivo - FASE I (383 professores)
16. descongelamento do valor da média das aulas suplementares dos professores inativos (435 professores)
17. concessão de aumento de 55% aos Professores do Ensino Superior, à partir de janeiro/84 (450 professores)
18. concessão das referências salariais aos Professores Primários Sem Habilitação e Regionalistas do Quadro Único (4.235 Professores)
19. processamento regular das promoções de pessoal do Quadro Próprio do Magistério (48.965 Professores)
20. revisão de proventos dos funcionários inativos civis do Estado (15.000 funcionários)
21. revisão dos proventos dos policiais militares inativos do Estado (4.000 policiais militares)
22. criação de 4 Escritórios Regionais de atendimento ao servidor público, localizados em Londrina, Ponta Grossa, Cascavel e Francisco Beltrão (21.093 servidores)

Em função do que está sendo proposto, através desta exposição de motivos, e somando ainda os benefícios já concedidos conforme o acima enumerado, permitimo-nos informar que as recomendações emanadas por Vossa Excelência, buscando corrigir as distorções existentes na política salarial do Estado, estão praticamente atendidas.

Esses procedimentos ocorreram, alguns como regra geral, outros de atendimento específico de certas atividades, tudo enfim, visando a valorização do servidor estadual e a melhoria da qualidade dos serviços que são da competência do Estado do Paraná.

No aguardo de que a matéria constante desta exposição de motivos será por Vossa Excelência examinada e devidamente encaminhada, reitero-lhe os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER
Secretário de Estado

Curitiba, 06 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n. 7.047 de 21 de novembro de 1978, Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Paraná.

Conforme determinações contidas em dispositivos da legislação federal pertinente (Decreto n. 88.777, de 30 de setembro de 1983), o assunto de que trata o plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis foi preliminarmente apreciado pela Inspetoria Geral das Polícias Militares, Órgão do Estado-Maior do Exército.

A Polícia Militar do Estado, oferecendo o devido detalhamento quanto aos aspectos de necessidade e oportunidade da medida, esclareceu que o efetivo previsto pela lei 7047/78 é de 14.259 policiais-militares, que já não atende as necessidades de policiamento ostensivo no Estado.

Essa situação passou a se tornar crítica uma vez que, nos últimos anos, particularmente a partir de 1983, a atuação de quadrilhas organizadas no interior do Estado foi muito grande.

A ação criminosa tem se dirigido particularmente para o roubo de insumos, assaltos à Cooperativas, a caminhões de cargas em geral e, principalmente, automóveis além da agressão sistemática à segurança individual.

Ainda, além das ações delituosas já discriminadas observou-se que houve grande incidência de assaltos a Bancos, notadamente em municípios de pequeno porte.

Efetivamente, pode-se afirmar que a atuação dessas quadrilhas estava contribuindo, inclusive, para prejudicar o esforço governamental para o desenvolvimento econômico do Estado.

Em função dessa situação e de outras ocorrências no campo da Segurança Pública aquela Corporação desencadeou inúmeras operações policiais com vistas a combater o crime organizado.

Os resultados dessas operações foram bons, entretanto na análise dos resultados evidenciou-se a deficiência de recursos humanos.

Corroborando os estudos daquele Comando as autoridades estaduais bem como a classe política passaram a receber requerimentos, ofícios e solicitações oriundas de órgãos de classe, dos conselhos comunitários e dos mais variados segmentos da população clamando providências no sentido de aumentar a ação do policiamento ostensivo.

Esses mesmos segmentos da população bem como seus legítimos representantes têm

oferecido à Polícia Militar recursos materiais no sentido de dotá-la de instalações e equipamentos para a atividade policial-militar.

Diante do esforço comunitário em prol da segurança a Polícia Militar tem se ressentido da falta de pessoal para, a curto prazo, atender a esses anseios.

Por outro lado, deve-se enfatizar o crescimento da atuação operacional do Corpo de Bombeiros uma vez que os riscos de incêndio, dado o crescimento urbano, econômico e industrial do Estado aumentaram e se refletem nos inúmeros convênios que têm sido firmados com os municípios para a prevenção e o combate a incêndios e nos quais o Estado participa, particularmente, com pessoal.

Assim sendo, o Corpo de Bombeiros ampliou a sua atuação ao máximo de sua capacidade e atualmente, não tem condições de assumir a prevenção e o combate a incêndios em novas áreas, pela absoluta falta de pessoal.

O anteprojeto ora encaminhado representa apenas a primeira fase do estudo global de aumento de efetivo da Corporação e visa atender à comunidade nos seus anseios mais imediatos e em consonância com a capacidade de recrutamento e formação da Polícia Militar além das disponibilidades orçamentárias do Estado.

Tal medida propiciará a criação de dois (2) Batalhões Policiais Militares e dois (2) Grupamentos de Incêndio a serem instalados no interior do Estado.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 326/84

Art.1.º - O Art.1.º da Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, passa a ter a seguinte redação:

"Art.1.º - O efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, é fixado em 16.790 policiais-militares".

Art.2.º - Os anexos 1, 2 e 3, integrantes da Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 7.638, de 1.º de setembro de 1982, n.º 7815, de 29 de dezembro de 1983, n.º 7882, de 27 de julho de 1984 e n.º 7960, de 21 de novembro de 1984, passam a vigorar na forma dos anexos 1, 2 e 3 desta Lei.

Art.3.º - Est Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXOS A LEI N.
RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS
ANEXO I

QUADROS	CEL	TC	MAJ	CAP	1.o T	2.o T	SOMA
QOEM	12	34	49	133	159	161	548
QOEM	2	5	8	18	40	50	123
QOEM FEM.						7	7
MÉDICOS	1	5	6	6	9		27
OS DENTIS.	1	2	7	8	7		25
VETER.				1	2		3
BIOQU.		2	1	1	3		7
QCFM				1	1		2
MUSICOS					1	1	2
QOE COMUN.					1	2	3
Q O A				13	25	73	111
QOF EXTINÇÃO		1	2	4	1		8
TOTAL	16	49	73	185	249	294	866

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS
EM EXTINÇÃO - ANEXO 2

QUADROS	TC	MAJ	CAP	1.o T	SOMA
(1) MECÂNICO		1			1
(1) ELETRICISTA				1	1
(3) POL. RODOVIÁRIO	1	1	2		4
(2) IMP REL PÚBLICAS			1		1
(2) MÚSICOS			1		1
SOMA	1	2	4	1	8

- (1) Em extinção pela Lei n.º 4.855, de 30.03.64.
(2) Em extinção pela Lei n.º 5.797, de 24.06.68.
(3) Em extinção pela Lei n.º 5.926, de 22.04.69.

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO
POLICIAL MILITAR GERAL - ANEXO 3

GRAD.	ST	1.oS	2.oS	3.oS	Cb	Sd	SOMA
QEM							
QEMG 1							
Praças Pol. Militar	168	234	529	1046	1524	9081	12582
QEMG 2							
Praças Bomb-Milit.	25	44	84	411	605	1886	3055
QEMG 3							
Praças Pol. Mil. Femin.		1	6	25	37	218	287
TOTAL	193	279	619	1482	2166	11185	15924

A Diretoria Legislativa

MENSAGEM N.º 285/84

Curitiba, 12 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do art. 2.º e de seu parágrafo único, da Lei n.º 7.813, de 29 de dezembro de 1983.

Os mencionados dispositivos legais versam sobre autorização no sentido de que o Poder Executivo possa realizar operações de crédito, bem como a prestar garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos e externos, tendo, a nova redação ora proposta a exame dessa Augusta Assembléia Legislativa, sugerida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, com vistas a ensejar melhores condições de exequibilidade da lei e perfeita operacionalidade aos contratos creditícios de que tratam.

Outrossim, dada a relevância da matéria, solicito sua inclusão no rol daquelas que serão apreciadas no atual período da convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 374/84

Art.1.º - O Art.2.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 7.813, de 29 de dezembro de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º - O Poder Executivo fica autorizado também, a contratar operações de crédito bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos e externos, inclusive os previstos no artigo 1.º, destinados a entidades da administração direta e indireta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais.

Parágrafo Único - Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações".

Art.2.º - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Of. n.º 85/84- P/MC

07 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do art.175, do Regimento interno, que o Supremo Tribunal Federal, em sessão Plenária realizada no dia 28 de novembro do corrente ano, julgando a Representação n.º 1.215-8, do Estado do Paraná, proferiu a seguinte decisão:

"Julgou-se procedente, a Representação e declarou-se a inconstitucionalidade da Emenda n.º 21, à Constituição do Estado do Paraná, promulgada pela Assembléia Legislativa em 5 de dezembro de 1983. Decisão unânime. Votou o Presidente".

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e distinto apreço.

(a) MINISTRO CORDEIRO GUERRA
Presidente.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Of. n.º 879/R

Em 05 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Afim de instruir o julgamento da Representação n.º 1.218-2, formulada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, contra essa Assembléia Legislativa, solicito a Vossa Excelência que preste, no prazo regimental de trinta (30) dias, as necessárias informações sobre o alegado na petição cuja cópia acompanha o presente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de minha elevada consideração.

(a) MINISTRO MOREIRA ALVES.
Relator.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após obtida a aprovação do douto Plenário, seja atribuído REGIME DE URGÊNCIA para a votação do Projeto de Lei n.º 377/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 285/84, que altera o art.2.º da Lei n.º 7.813, referente a contratações de crédito e a prestação de garantias e contragarantias por parte do Executivo.

Sala das Sessões, em
12 de dezembro de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 363/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 273/84, que autoriza crédito especial à Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o artigo 109 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em

12 de dezembro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após aprovação do douto Plenário, seja aditado à Mensagem Governamental n.º 282/84, o seguinte texto:

"No afastamento aos Estados Unidos, requerido e aprovado por este Plenário, o Chefe do Poder Executivo poderá efetuar gastos de estadia até o limite de US\$ 250 (duzentos e cinquenta dólares) por dia, no câmbio oficial, correndo a despesa à conta da dotação 0907.0307020.2057, do vigente orçamento do Estado, consignada à Governadoria".

Sala das Sessões, em

12 de dezembro de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI

MÁRIO PEREIRA

ORLANDO PESSUTI

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam dispensados da publicação da Redação Final, os Projetos objeto da Convocação Extraordinária desta Assembléia.

Sala das Sessões, em

12 de dezembro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da MARIA DE LOURDES SCRABA OHPIS, ocorrido em 06.12., p.passado.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado conhecimento à família enlutada, bem como ao Vereador Algacir Ohpis, tio da falecida, na cidade de Araucária.

Sala das Sessões, em

12 de dezembro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Theófilo Lipinski, acontecido recentemente na Municipalidade de Campo Mourão.

A coletividade mourãoense ficou enlutada ante o desaparecimento do Senhor Theófilo Lipinski, ocorrido no dia 21 de novembro, pois tratava-se de uma pessoa que gozava de grande estima entre os munícipes, especialmente pela sua dedicação no trabalho como comerciante, cujas as atividades permitiram que o mesmo investisse na construção de vários prédios que nos dias de hoje, abrigam importantes setores de tais atividades.

Theófilo Lipinski, nasceu em 15 de agosto do ano de 1900, na cidade de São Matheus do Sul, neste Estado. Era casado com a Senhora Genoveva Kolodzwska. Deste feliz matrimônio nasceram os seguintes filhos: Maaria Lipinski Tomporoski, Ludomil Lipinski (já falecido), Tereza Lipinski Pai, Cecília Lipinski (já falecida) e José Lipinski.

Não poderia deixar de registrar nos Anais desta Assembléia Legislativa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Theófilo Lipinski, pioneiro que, quando em vida, ajudou com seu trabalho a construir o que hoje representa a cidade de Campo Mourão, sendo que suas ações sempre se caracterizaram pelos seus procedimentos honestos e voltados para os problemas e angústias de seu povo.

Sala das Sessões, em
12 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão plenária de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Mgliavacca, ocorrido recentemente na Municipalidade de Campo Mourão.

No Estado do Rio grande do Sul, precisamente, na cidade de Serafina Corrêa, nascia, no dia 25 de janeiro de 1915, o Senhor Paulo Mgliavacca. Desde jovem aquela pessoa sempre se destacou pela atenção que proporcionava ao seu vasto círculo de amizade.

Procurando um lugar que oferecesse melhores condições de desenvolver suas atividades profissionais, o Senhor Paulo chegava em Campo Mourão exatamente no ano de

1952, sendo que naquela época o Município mourãoense vivenciava uma expansão em termos de desenvolvimento, bastante acelerada.

Desde então, Paulo Migliavacca iniciava suas atividades voltadas para o fabrico de cabos de vassoura, tendo em vista a matéria-prima encontrada em abundância, além do próprio mercado favorável.

Mas não foi somente nas atividades relativas ao seu comércio que aquele Senhor se destacou. Durante muitos anos, Paulo Migliavacca se dedicou também na parte de assistência social de Campo Mourão. Neste sentido, devido à sua dedicação, ele próprio foi o fundador do Asilo São Vicente, integrando sempre as várias diretorias existentes.

Seu desaparecimento foi, sem dúvida, lamentável, e enlutou Campo Mourão, especialmente o seu vasto círculo de amizades e colaboradores (nas suas tarefas voltadas para a parte social); não poderia, portanto, deixar de solicitar o devido registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como forma de procurar reconhecer os inúmeros trabalhos prestados pelo Senhor Paulo Migliavacca, que deixa quatro filhos: Maria, Carmem, Rosa, Elena e José Luiz.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984
(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações ao Esporte Clube Pinheiros, pela conquista do Campeonato Paranaense de 1984, graças a brilhante estrutura com que conta este clube, um dos maiores do País, cujo quadro associativo representa a família paranaense e tem o comando seguro de uma expressiva equipe de dirigentes comandados por Erton Coelho.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao Presidente do Clube supra mencionado, Senhor Erton Coelho.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984
(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações para com o Doutor TOBIAS DE MACEDO FILHO, pela sua eleição como Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984
(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações para o jornalista JORGE KUDRI, pela sua reeleição como Presidente da Federação Paranaense de Futebol de Salão.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo Cinquentenário das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A, comemorado no mês de outubro do ano em curso.

Requer, outrossim, que seja dado conhecimento ao Doutor Alfredo Lobl, Diretor Geral da Empresa, com endereço em Monte Alegre- Telêmaco Borba- Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações ao Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Fany, desta Capital, que atenderá não apenas as necessidades daquela comunidade na discussão de assuntos de segurança, mas de outras reivindicações da região.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao Presidente deste Conselho, Senhor Elizeu Siebert.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de regozijo pelo transcurso da passagem do 20.º Aniversário de Emancipação Política do Município de Jardim Alegre, a ser comemorado no próximo dia 19 de dezembro.

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que Jardim Alegre vem se destacando com o esforço de sua laboriosa gente na ascensão de nosso Estado junto à comunidade brasileira.

Desde a sua fundação Jardim Alegre vem

demonstrando, através de seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político e social a pujança do paranaense no cenário nacional a razão pela qual esta Casa como legítima representante do povo paranaense não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que aquele município, pela sua tradição e pujança de seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência aos Poderes Legislativo e Executivo de Jardim Alegre e Liderança do P.D.S.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Diretoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica- COPEL, consubstanciado em apelo no sentido de que aquela companhia estabeleça plano visando dotar de melhores condições referente à iluminação pública para o Município de Matinhos.

Tal apelo se faz, atendendo os reclamos daquela população, conforme carta que recebemos de moradores daquela localidade, cuja fotocópia anexamos ao presente.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, expediente consubstanciado em sugestão visando a alteração do Regulamento do Instituto de Previdência do Estado- IPE, no sentido de que o cônjuge sobrevivente do sexo masculino, tenha idênticos direitos a receber sem discriminação, a pensão e demais benefícios, no caso de falecimento da esposa, quando esta tenha sido contribuinte obrigatória, daquele órgão beneficente.

Tal solicitação se faz tendo em vista que atualmente aquele instituto de previdência estadual proporciona o pagamento da pensão ao cônjuge sobrevivente do sexo masculino, somente se este for inválido ou incapaz e não tenha renda própria.

Tal discriminação são pagas independente e indiscriminadamente com relação ao sexo do associado, havendo assim, locupletação do órgão previdenciário, quando do falecimento do contribuinte do sexo feminino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa o editorial intitulado "O REAJUSTE DO FUNCIONALISMO", publicado no Jornal "Gazeta do Povo", edição de 12 do corrente, na 6.^a página.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984

(a) MÁRIO PEREIRA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 382/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública, o "CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA NOS-SA SENHORA APARECIDA - CEPRHUSA", com sede e foro no Município de Rio Bom.

Art.2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A CEPRHUSA é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1981, inspirada nos princípios cristãos de solidariedade humana, tendo como finalidades principais: a) a formação de pessoas empenhadas na busca de solução para os problemas que ocorrem nas famílias mais carentes, tanto da zona rural, como urbana; b) promover e assistir menores carentes em regime de semi-internato e externato; c) prestar assistência aos indigentes, inválidos e doentes, sem distinção de cor, raça, clero ou ideologia política.

A vasta documentação que acompanha a presente matéria, vem de comprovar nossa justificativa, como também preenche os requisitos legais exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Em razão do exposto, solicitamos aos nobres Pares, o devido apoio para o presente plano de Lei e sua posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado José Antônio Fonseca, inscrito.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Senhor Presi-

"NOTA DE ESCLARECIMENTO À OPINIÃO PÚBLICA"

Nós agricultores sem terra, acampados em frente à sede do INCRA em Curitiba, representando os acampamentos de Imaribo, Medianeira e São Miguel do Iguaçu, vimos a público esclarecer o que segue:

1) No dia 23 de outubro, juntamente com três Deputados Estaduais, dois Federais e um Senador e representantes do Governo, estivemos em Brasília numa audiência com o Doutor Paulo Yokota, Presidente do INCRA. Nesta ocasião, Yokota garantiu-nos que entre 30 e 45 dias a Fazenda Imaribo em Manguueirinha, seria desapropriada e se começaria o assentamento. Na mesma reunião, ele delegou poderes ao coordenador do INCRA-Pr, Giovani Anísio Alves, para tomar qualquer decisão em nome dele.

2) O prazo estabelecido pelo INCRA esgotou-se no dia 08 de dezembro e nenhuma solução foi apresentada. Pelo contrário, a única coisa que dizem é que o processo está caminhando bem, o que para nós "cheira enganação".

3) Ontem, dia 10, realizamos uma reunião com o INCRA e ITC. Nela, eles imploraram mais um voto de confiança a estes órgãos. No final da reunião ficou acertado que, se até sexta-feira, dia 14, não recebermos a notícia da desapropriação, o Doutor João Cabral, Presidente do ITC, juntamente com representantes dos acampados irão à Brasília acompanhar o processo. O próprio coordenador do INCRA disse que se a solução não vier ele se demite do cargo. Acreditamos desconfiando. Já perdemos a safra passada e corremos o risco de perder a próxima se a fazenda não for desapropriada imediatamente. Portanto, o presente terá que vir antecipadamente.

4) Temos notícia que a situação nos acampamentos do interior é terrível. O calor é insuportável dentro dos barracos de lona plástica. Falta alimentação e muita gente está doente. O povo está com o sistema nervoso abalado, chegando ao ponto das lideranças não conseguirem controlar. Em situação idêntica nos encontramos em Curitiba. Não nos responsabilizamos pelo que acontecer nos próximos dias.

5) Diante deste quadro esclarecemos:

- Resolvemos dar o último voto de confiança ao Governo e ao INCRA;

- Já estamos esperando pelas promessas há seis meses. Não suportamos mais. O prazo máximo que nós damos é terça-feira, dia 18 de dezembro. Se neste prazo nenhuma solução concreta aparecer não nos responsabilizamos pelo que acontecer. Aliás, os responsáveis serão as autoridades que pouco ou nada fizeram.

- Não levantaremos o acampamento de Curitiba enquanto não desapropriarem a Fa-

Zenda Imaribo e começarem o assentamento.

Curitiba, 11 de dezembro de 1984.

(a) AGRICULTORES SEM TERRA ACAMPADOS.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.
(Lendo).

"A minha vontade era de estar ocupando hoje, esta tribuna para externar o orgulho da Nação Brasileira, desta parcela da Federação pela REFORMA AGRÁRIA que colocará o Brasil no seu verdadeiro lugar de CELEIRO DA HUMANIDADE, como a quarta geografia do Planeta e o sétimo contingente de trabalho do mundo. Todavia, venho apenas saudar os 20 anos de existência do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

E o faço, porque esse diploma legal é a prova mais vibrante que temos para acusar a dinastia militar que se seguiu ao golpe de 1964, de desvirtuados ideais de nacionalidade que atendiam as evidências das necessidades humanas prioritárias, privilegiadoras do Brasil como fornecedor mundial para a internacionalização do País, em satisfação da vocação militar arrogante, que deixou nos desertos do Egito, a prova de sua inutilidade histórica, e que renasceram no Brasil, em mares artificiais, como Itaipu e Tucuruí, e em pirâmides atômicas, como Angra dos Reis. Cujos custos espantam o mundo, ante o atraso no desenvolvimento científico em que essas pirâmides surgiram.

E, se Angra dos Reis enriqueceu o Leste Europeu, comprando-lhe uma tecnologia atômica superada e uma sucata nuclear irrecuperável, por preço de SANGUE INOCENTE, porque, para pagar os encargos de apenas a administração da dívida desse investimento, temos um índice de mil cadáveres de crianças que morrem diariamente de fome, aqui, porque os nossos alimentos são exportados para equilibrar o balanço de pagamentos; também, Itaipu, além de enterrar o mais belo espetáculo da natureza que tínhamos no Brasil, as SETE QUEDAS do Rio Paraná, ainda alagou mil quatrocentos e oitenta e seis quilômetros quadrados das mais férteis terras do Planeta, de onde desalojou, sem qualquer preocupação de reassentamento produtivo, uma força de trabalho agrícola capaz de produzir alimentos para sustentar uma parcela da humanidade, como os emirados árabes, considerando-se o índice de produção de cereais do Estado do Paraná, por quilômetro quadrado de lavoura, dividido pelo índice médio de consumo humano per capita. Cujos agricultores, estão hoje, na miséria e passando fome.

Eu gostaria de saudar hoje, o Estatuto da Terra, lembrando que havíamos enviado para os nossos irmãos da Etiópia, vários navios de alimentos que nós estavam

sobrando, produzidos por essas quatrocentas mil famílias de agricultores sem terra, nesses mais de duzentos alqueires de terras que compõem apenas alguns dos mais muitos latifúndios improdutivos do Estado do Paraná, como Giacomete Marodin que tem em seus domínios, quatro mil alqueires de terras do Estado, além de seus cento e vinte mil alqueires de título; como a Fazenda Mineira, em Medianeira, cuja proprietária nem a conhece, de onde foram despejados mais de uma centena de agricultores que hoje pedem esmolas em Curitiba, como a Fazenda Anoni, em Marmeleiro, cujo proprietário é latifundiário também, em Carazinho e Passo Fundo no Rio Grande do Sul, de onde estão vivendo o drama do despejo, mais de seiscentas famílias de agricultores, e assim por diante, poderíamos gastar aqui, mais de cinco horas, enumerando apenas os latifúndios de especuladores no sistema financeiro nacional que usam os títulos de propriedades para conseguirem dinheiro do Governo, ou seja, DO POVO, a juros subsidiados, para com ele reexplorarem no próprio mercado financeiro.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com mais de duzentos milhões de hectares improdutivos, porque a nossa força de trabalho rural não tem lugar no campo, visto a maior parte dessa área é possuída pelos latifúndios estrangeiros, como é o caso do Carajás, onde quase perdemos a maior reserva mineral do Planeta, para um único estrangeiro, "Mister Ludwig", além de não podermos socorrer aqueles irmãos lá da Etiópia, assolados por ação da Natureza, e que por isso, reclamam a solidariedade humana do mundo, nós também, donos da quarta geografia do Planeta, estamos precisando de socorro, porque são mil cadáveres de crianças que são sepultadas por dia, aqui, mortas de fome, como denúncia a Unicef.

Por isso, que me entendam os aliancistas justificados por razões políticas de longo alcance, com cujos horizontes eu também me identifico, mas tenho de bradar pelo menos o meu espanto, quando ouço o Senhor Presidente da República afirmar com a serenidade de quem estaria com a consciência no lugar, que na vigência do Estatuto da Terra, os governos revolucionários entregaram à propriedade dos brasileiros que vivem e produzem da terra, setenta por cento do território rural do Brasil, sendo que, só o Senhor General João Batista, teria operado quarenta por cento desse total. Pois, as estatísticas do Presidente, na área da agricultura, estão assim, iguais às suas estatísticas da área da SEPLAN. Porque, a considerarmos que somos cento e vinte milhões de brasileiros, só na área que está improdutiva,

porque está em mãos de latifundiários, e que é da ordem de duzentos milhões de hectares, nós não teríamos ninguém desempregado, nenhum bóia-fria, e nenhum brasileiro sem terra, considerando-se que dos cento e vinte milhões de brasileiros, temos uma população economicamente ativa de apenas quarenta por cento, o restante se compondo de crianças, estudantes e velhos. Onde teríamos o Brasil dividido em média de uma colônia de terras, ou sejam, 24 hectares, para cada brasileiro componente da nossa força econômica. E então, todos nós seríamos agricultores. E estaríamos competindo nos mercados internacionais, não sob o sacrifício de estarmos exportando as porções das nossas mesas, mas sim, porque os nossos estoques reguladores de produção teriam depósitos para dominarem a oferta, e conseqüentemente, governarem os preços. Onde teríamos que, no setor interno da alimentação, NÃO HAVERIA INFLAÇÃO, porque, dominando os preços lá fora, teríamos oferta suficiente aqui dentro.

E não é isso o que se vive aqui. A propaganda do Governo diz que ele entregou trezentos milhões de títulos de propriedades aos nossos agricultores. Convenhamos, somos cento e vinte milhões de brasileiros, o que equivale a cada brasileiro ter recebido dois títulos e meio de propriedade rural. Logo, o governo revolucionário andou titulando o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, depois de ter titulado aqui, todo o Brasil.

E contrariamente ao "abastecimento pleno de mercado" que ele propala, o que a Unicef denuncia, e o Senhor Presidente fica em silêncio, é que mil crianças estão morrendo de fome, por dia, aqui no Brasil. E o que nós todos vemos a todas as horas do dia, ali nas ruas, são pessoas catando esterco nos sacos de lixo, para comerem!

Que abastecimento de mercado é esse, onde os preços são remarcados até duas vezes por dia, para que o comércio abasteceador possa manter a rotatividade de seus estoques? Mas, se isso é cátedra econômica, o que ela fez da lei da OFERTA E DA PROCURA, que é, desde os primórdios da civilização humana, o único índice correto de aferição econômica? Pois, se a "Reforma Agrária" propalada pelo Governo, operou as suas razões, "abastecendo o consumo", estão não poderíamos ter inflação no setor dos alimentos, porque a oferta de produção estabilizaria os preços.

Por isso, eu não sei o que seria desta Nação, se continuasse por mais vinte anos, governada com tanto cinismo, tanta mentira, tanto descabimento de caráter, tanta desfaçatez retórica e tamanha inoperosidade pelos interesses básicos da Nação! Porque a mentira, o desconstrangimento e a degeneração plena de governo, depois de

produzirem a corrupção geral da Nação, têm como resultado final, a catástrofe humana. Pelo menos assim a História registra.

E eu jamais pude entender a insensibilidade dos tiranos. Porque, nem precisava estar registrado na História, é biológico, as convulsões cívicas sempre têm por fato gerador, o autoritarismo dos que se propõem a dirigir o grupo social, e, os povos sempre aderem à violência, pela fome.

Os juroes escorchantes, a exploração do comércio, as estratégias industriais de encarecimentos da produção e todas as demais fórmulas que a "Revolução de 64" produziu, é uma violência, e, um índice de mil cadáveres diários de crianças mortas por fome, numa população de cento e vinte milhões de pessoas, nos deixa claro que o arremedo de paz, aí rotulado de "pacto social", é uma mera adesão popular à violência instalada com ânimo de domínio da Nação. E, estudando esse tipo de acontecimento cívico, já há muitos anos, Vand Dick afirmou que: "A PAZ BASEADA NO MEDO É APENAS A GUERRA REPRIMIDA". E por medo nacional, Lenine definiu a fome dizendo que: "AS EBULIÇÕES SOCIAIS NUNCA PRODUZEM MAIS DO QUE OS ACOMODAMENTOS DE BASE E OS ACERTOS DE CÚPULAS; PORÉM, A FOME FAZ UM POVO RENEGAR TUDO. NÃO HÁ FÉ E NÃO HÁ DEUS QUE SUBMETA UM POVO FAMINTO". E por povo faminto, Peron, ao encarar como necessidade cívica prioritária da Nação Argentina, o abastecimento alimentar, criando os estoques reguladores e emancipando a agricultura, afirmou que: "NÃO SE CONSTRÓI UMA GRANDE NAÇÃO, SENÃO POR UMA MESA FARTA, NEM SE PODE PENSAR NUMA CIVILIZAÇÃO DURADOURA, SEM UMA AGRICULTURA ESTÁVEL. PORQUE A NAÇÃO SEM ESTOQUES DE MANTIMENTOS É UMA NAÇÃO FAMINTA".

Então, ao saudar hoje, o nosso Estatuto da Terra, homenagem a aqueles brasileiros que quiseram dar forma legal às Reformas de Base do Presidente João Goulart, promulgando a Lei 4.504, de 30.11.64, como diretriz de execução daquele ideal de desenvolvimento pensado com honestidade, com coerência e com visão universal de progresso. Porque, o Brasil não encontrará jamais o seu desenvolvimento, senão partir do ajustamento perfeito da sua força de trabalho e produção com a sua terra em relação à sua expansão demográfica e as evidentes necessidades mundiais de alimentos, as quais podem suprir. Aliás, isso a consciência do General Figueiredo, já bradou uma vez quando ele reconheceu que o seu "modelo econômico" só produz parafusos, e por isso o seu auxiliar mandou que "desse um tiro no ouvido", quem não conseguisse viver só de parafusos.

O Estatuto da Terra não é um diploma perfeito. Mas, contém uma doutrina de política agrária, embora não estabeleça as

estruturas de uma economia rural, como convém para o Brasil, e sem a qual, nenhuma "reforma agrária" é possível. Pois, não se pode promover o setor de produção sem a ele conjugar-se o mercado de consumo. Porém, o Estatuto da Terra, se assenta nos três princípios básicos de política agrária: função social da propriedade, produtividade da terra e preservação dos recursos naturais. A partir de cujas bases, se poderia ter chegado a uma REFORMA AGRÁRIA.

E por que então, não se chegou a ela? Em primeiro lugar, como já disse, o Estatuto da Terra, como todas as leis neste País, não foi promulgado para ser executado, mas, sim, para estilizar o dialetismo retórico da ditadura que tinha por doutrina, a INTERNACIONALIZAÇÃO do País, e por isso, não podia desenvolver um modelo econômico voltado para a realização rural da Nação, porque então estariam executando um ideal nacionalista, vez que o Brasil é, por natureza, um País agrícola, e sim, direcionado para a exploração de suas potencialidades rurais, fatalmente despontará como POTÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO do mundo. Em segundo lugar, porque se constituindo em política de governo, a REFORMA AGRÁRIA só pode chegar a bom termo, se estiver a cargo de um Ministério, porque ela precisa de uma ESTRUTURA PROMOCIONAL DE GOVERNO. E, ao invés disso, criou-se uma autarquia, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. E por isso, ela se transformou no MAIOR LATIFÚNDIO da história humana, vez que é proprietária, em nome da União, de todas das terras do Brasil, que é a 4.^a geografia do Planeta.

E o INCRA, junto com o Banco do Brasil, formam o maior feudo do mundo. Porquanto, depois que o INCRA expede o título de domínio útil, entra o Banco do Brasil agiotando em cima do titulado, por cujo sistema de financiamento, o agricultor entrega a propriedade ao Banco, em alienação hipotecária, por um valor financiado muitas vezes inferior ao valor da propriedade, e então, passa a vida toda entregando a produção aos atravessadores cooperativistas, mediante cheques cruzados ao agente financeiro. Onde resulta que a herança aos descendentes do agricultor é a desestabilidade total da atividade agrícola, porquanto, no inventário, a propriedade tem de ser vendida para ser entregue a parte do agente financeiro, quando ela já não ultrapassa o valor do espólio. Em outros casos, o agricultor, depois de ter se apercebido de que não passa de um escravo do Senhor Feudal composto pelo INCRA, com os encargos tributários elevadíssimos, dos Agentes Financeiros donos hipotecários da propriedade, e das Cooperativas que crescem em desproporção total ao crescimento

da agricultura, sem prestarem benefícios reais à produção rural, mas propiciando enriquecimentos rápidos às respectivas diretorias, acaba se suicidando. E é uma média significativa de suicídios na zona rural do Paraná.

Enquanto o consumo de alimentos decresce ao passo em que a população brasileira aumenta e a produção rural diminui e os preços dos cereais se elevam exageradamente, o INCRA explora no sistema financeiro nacional e internacional, tendo em giro de cruzeiros, mais de cento e vinte trilhões, e em dólar, mais de oitenta milhões. O que daria para o Governo construir o parque armazenador da produção rural, necessário à formação de estoques reguladores.

Pois, o feijão, alimento básico do trabalhador brasileiro, entre os anos de 83 e 84, sofreu uma elevação de preços, de 475% e 1.100%, porque os estoques reguladores de mercado, em formação, eram de 50 mil toneladas, para um consumo de 2 milhões e 300 mil toneladas ao ano. E, o arroz que é a mistura do feijão, para um prato apenas para manter o trabalhador de pé, sofreu majoração de preço, no mesmo período, de 1.248%, ocasionado pela mesma falta de estoque regulador, porquanto, o Governo já tem um déficit de 1.000.000 de toneladas contra um consumo médio de 9,6 milhões de toneladas. Sendo que a redução de produção da safra 83/84, foi de 368,313 toneladas; quando precisávamos era justamente do contrário, ou seja, de triplicar a produção. Da mesma forma, o milho, da produção estimada de 5.900.000 toneladas, apresentou uma quebra no período 83/84, de 650.000 toneladas, para um consumo de 20,5 milhões de toneladas, o que significa a sua elevação de preço, em 1.480%. E por aí a fora, se fôssemos homenagear hoje, o Estatuto da Terra, pela execução que o Governo lhe deu, teríamos de pedir a sua imediata extinção, porque se da letra da lei fosse a responsabilidade, ele teria produzido, em 20 anos, a maior catástrofe rural deste País.

Mas, ao invés da lei, este País, precisa é de uma mudança urgente de pessoas no Governo. Gente que assume ao PODER, levada por um IDEAL DE REALIZAÇÃO NACIONAL HUMANA e de amor à Pátria. Gente que tenha a desenvoltura ideológica, partidária, moral e cívica à altura dos ideais da Nação, dentre os quais, o Estatuto da Terra bem expressa a nossa prioridade rural.

Quando se observa que a "REFORMA AGRÁRIA" não deve constituir apenas um tema dos que tem a responsabilidade política deste Estado, porque ela demanda primeiro, o EXERCÍCIO de um IDEAL NACIONALISTA, expresso por uma realização de governo dirigida no sentido da execução da infra-es-

estrutura de desenvolvimento rural, que compreende, estradas de escoamentos da produção, servindo toda a zona rural; de escolas de profissionalização rural espalhadas por todo o meio agrícola; de eletrificação rural; de armazéns de estocagem e de um serviço de assistência e orientação técnica aos agricultores que lhes ensine o uso correto da terra e o aproveitamento máximo de seus esforços de produção.

Pois, REFORMA AGRÁRIA, como mera distribuição de títulos de domínio, sem uma política agrária profunda e ampla, deixa de ser um passo de desenvolvimento, para se constituir em retrocesso de subdesenvolvimento ainda maior, visto que o proprietário desassistido e marginalizado do modelo econômico, se torna um parasita de toda a economia. Principalmente quando o Governo se assenta sobre os índices que esse tipo de conduta oferecem, para permitir toda a licenciosidade moral do emaranhado econômico do País.

E agora, mais do que nunca, com a eventualidade de o PMDB assumir o Governo da República, é preciso que esse item programático do Partido, se constitua em BANDEIRA DE REIVINDICAÇÃO NACIONAL. Fazendo-se com que o próximo governo efetive o Ministério da Terra como órgão auxiliar de governo, para o estabelecimento de uma política agrária real para o País, e que retire a sua execução, da Autarquia que se mostrou desviada dos seus fins, para o enriquecimento particular dos seus respectivos agentes e o fomento dos latifúndios. Porque a REFORMA AGRÁRIA, pela sua profundidade e extensão, tem de ser programada e executada à nível ministerial.

Aliás, a questão agrícola já é a preocupação mundial mais importante da nossa civilização. Pois, o Banco Mundial, em que pese ser reprovável o seu interesse de intervenção com financiamentos para a REFORMA AGRÁRIA no Brasil, mostra que a crise mundial é uma só: falta de uma política mundial de alimentos. Aliás, em 1973, o Vice-Presidente dos Estados Unidos, Humbert Humphrey dizia: "Os recursos alimentares são uma nova forma de potência. Eles são a riqueza. Eles são agora, a nova vantagem da nossa diplomacia".

E de fato, os Estados Unidos já fizeram uso por duas vezes do seu poder de alimentação como peso diplomático nas relações internacionais. John Kennedy cortou toda a ajuda alimentar à Cuba e ao Vietnã e a todos os Países que com eles se relacionassem. E Nixon cortou todo o fornecimento de cereais ao Chile, para deflagrar ali o assassinato de Salvador Allende e a frustração de sua experiência socialista.

Mas, o uso do alimento como arma de dominação não é invenção norte americana. Ele remonta os séculos. E já foi utilizado

pelo Egito há mais de três mil anos antes de Cristo, quando, tendo despertado para as suas potencialidades agrícolas, o Faraó constituiu o primeiro Ministério da Agricultura que se tem notícia, entregando-o à gestão de José, o qual, durante sete anos arrecadou a produção agrícola do país, formando os estoques reguladores, com os quais, o Egito se transformou na primeira superpotência econômica do mundo, vendendo alimentos para toda a humanidade conhecida na época, nos tempos de escassez. E, nas guerras de conquistas, os tiranos cercavam as cidades, impedindo-as de se suprirem de alimentos, por onde conseguiam que verdadeiras fortalezas inexpugnáveis pelas forças militares daqueles tempos, se rendessem pela fome.

Por esse medo, passou o Japão, durante muitos séculos. De 178 a 1788 esse povo teve de promover um infanticídio, chamado "makibi", para diminuir as bocas do Japão, vez que o país produzia só o que ainda hoje produz 34% do que consome. E então, 17 mil crianças recém-nascidas eram sacrificadas a cada ano, pelos próprios pais. E, no primeiro semestre de 46, logo após a guerra, dez pessoas morriam de fome por dia, e todos os japoneses haviam diminuído do seu tamanho de hoje 20 centímetros em média, por desnutrição. Embora hoje, o consumo de alimentos no Japão, esteja 33% por pessoa, acima da média do 3.º Mundo.

Isso, graças à estratégia adotada pelo Japão, chamada pelos Ocidentais da "Trilateral", de "Diplomacia da Fome". Pois, em 1980 o Conselho de Política Agrícola, órgão consultivo do primeiro Ministro do Japão, apresentou-lhe um relatório sobre o problema da segurança nacional no setor de alimentação, propondo medidas preventivas, como o aumento de estoques e promoção de acordos bilaterais para a importação fora de áreas tradicionais. E então, só nos últimos dois meses de 80, o Japão gastou quase nove milhões de dólares em oito projetos para aumento de produtividade agrícola no Ceilão, Birmânia, Sudão, Samoa Ocidental, Quênia, Madagascar, Guiana e Bolívia, além de ter tentado abocanhar os cerrados brasileiros, os quais não estão em poder Japonês, graças à quebra do Brasil, em setembro de 1982 na Bolsa de Nova York que afastou daqui, os investimentos nipônicos, embora ainda muito comprometimento tenha resultado por aqui. Cujos Projetos, vão desde empréstimos para a irrigação, até o aumento de produção e insumos agrícolas, cujas produções já nascem comprometidas com os estoques do Japão, enquanto que os países produtores continuam desfalcados e com suas populações cada vez mais subnutridas; porque a filosofia desse programa, é a de manter os países produtores em regime de exploração, e de tal

forma enfraquecidos em sua expansão demográfica, que nenhum movimento nacionalista possa prosperar.

Entretanto, com a ascensão da política de internacionalização do País em franco amparo pelo FMI, e o Senhor Delfim Neto cada vez mais consolidado na política econômica do governo, o Japão voltou à carga sobre o Brasil, criando o Projeto JICA que tem por meta a produção de grãos em larga escala, em sessenta milhões de hectares dos cerrados brasileiros, abrangendo áreas dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso. Para o qual, duas holdings, uma brasileira e outra japonesa já implantaram projetos de colonização em 50 mil hectares dos cerrados de Minas Gerais, no qual os japoneses liberaram em 1983, mais de 400 milhões de dólares ao Governo brasileiro. O Projeto JICA é integrado por nada mais nada menos do que as maiores multinacionais japonesas, como Toyota, Mitsui e Mitsubishi entre outras. E vem assentando no "modelo exportador" do Senhor Delfim Neto, que hoje é no 3.º Mundo, considerado como o maior mestre da escola pernicioso ao desenvolvimento do 3.º Mundo, desenvolvida pelo imperialismo capitalista veiculado pelos cartéis multinacionais que hoje atuam interligados.

Ora, o censo de 1960 registrava que as propriedades agrícolas entre 10 e 100 hectares somavam 44,6% dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, contribuíam com quase 60% da produção nacional, embora cobrissem apenas 18% da área apropriada e menos de 50% do total cultivado do país, mas absorviam a metade da população rural ativa. Enquanto isso as propriedades com mais de mil hectares formavam só 9% dos estabelecimentos rurais, abocanhando 47,3% das terras, quando paradoxalmente cultivavam apenas 2,3%, e absorviam somente 7% da população camponesa. Daí para cá, as coisas ficaram piores. O Censo de 1975 é estarrecedor: Mas de 50% dos estabelecimentos agrícolas possuíam apenas 2,5% da área apropriada. Ou seja, 2,5 milhões de pequenos produtores estavam espremidos em 8 milhões de hectares, cabendo a cada um, três hectares em média. Enquanto que 1% no extremo dos latifúndios improdutivos abocanhava 45% de toda a terra disponível para o cultivo. Ou seja, menos de 50 mil proprietários eram donos de quase 160 milhões de hectares. Em menos de 10 anos, o modelo exportador do Doutor Delfim, com a soja na pauta agrícola de produção, porque é o principal produto de exportação do Brasil na atual conjuntura, expurgou na indústria agrícola nacional, o arroz, o feijão, a mandioca, o milho, a banana, a carne, o leite, o queijo, a manteiga, e enfim, toda aquela fartura que era produzida pelos pequenos proprietários que foram devorados

pelo "modelo econômico monetarista e exportador".

E a coisa não parou na década de setenta: Em 1980, de um total de mais de 10 milhões de agricultores, só um milhão conseguiu empréstimo do crédito rural. E, em 82 somente a parcela de juros subsidiados do crédito rural era de quatro trilhões de cruzeiros. Comparando as estatísticas, isso significa que naquele ano os trinta mil maiores proprietários abocanharam a polpa da fatia de mais de 700 milhões de cruzeiros para cada um. Em consequência disso, a indústria agrícola liberou a mão de obra rural para ir morar nas cidades, aumentando as concentrações urbanas, em mais de 60% da população brasileira, o que significa, para um país essencialmente agrícola, uma tragédia total. Aliás, o Secretário de Planejamento do Governo de São Paulo, concluindo estudo sobre a economia daquele Estado, afirmou que 50 anos não chegarão para o Brasil retomar o seu ritmo de progresso já imprimido anterior a 1964. E, considerando-se que somos uma nação subdesenvolvida, não há cálculo para verificar hoje, o nosso atraso em relação ao desenvolvimento das potências que nos exploram."

Concedo o aparte ao nobre Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Deputado José Antônio Fonseca, quero cumprimentá-lo pelo brilhante discurso e dizer que realmente causou estranheza à toda a população o programa de televisão patrocinado pelo Governo Federal em que o Presidente Figueiredo dizia dos progressos da Agricultura do País.

Em junho, a revista Dirigente Rural, publicou um artigo em que fazia um balanço da produção agrícola dos últimos 10 anos, e via-se, claramente naquele balanço, Deputado Fonseca, que todos os produtos básicos da alimentação do brasileiro diminuíram em produção per capita, nenhum produto teve a sua produção incrementada em índices maiores do que o aumento populacional, assim é que o feijão, alimento outrora básico da população brasileira chegou, nos últimos 10 anos a ver diminuída pela metade a sua produção per capita, o milho, a batata, o arroz, enfim todos os alimentos básicos, e é de estranhar, realmente que o Presidente da República venha colocar como conquista desses Governos o aumento da produção da agricultura, da nossa agricultura.

Além disso, o problema dos agricultores sem terra, que são impedidos, eles que conhecem os problemas da terra, de trabalhá-la, além disso, ocorre algo estranho, Deputado Fonseca, porque apesar da produção per capita dos alimentos terem caído

alguns deles até pela metade, este Governo, dito revolucionário, realmente em alguns pontos é revolucionário porque conseguiu revolucionar até a lei da oferta e da procura, conseguiu anular essa lei. Porque, se caiu pela metade a produção "per capita" de alimentos, era de se supor, por uma lei universal, dentro do capitalismo da oferta e da procura, que aumentassem os preços. E estão aí os agricultores a reclamar dos baixos preços para os produtos agrícolas. Portanto, menos produção "per capita" e o preço baixando. Portanto, realmente é uma revolução na lei da oferta e da procura, que conseguiu este Governo levar a cabo.

Quero me parabenizar, novamente, com o nobre Deputado pelo seu pronunciamento, e dizer que esperamos que, no próximo Governo, possamos não restabelecer a lei da oferta e da procura, mas restabelecer a produção e que, pelo menos, caminhe junto com o aumento da população.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Muito obrigado pelo seu aparte, e, se ainda houver tempo, no nosso discurso nós ainda abordamos, através de estatística, essa revolução dentro da revolução, de que este Governo conseguiu, por incrível que pareça, desvirtuar essa lei universal que é da oferta e da procura.

Muito obrigado pelo seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa Comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O Sr. Mário Pereira - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - A Liderança do PMDB concede 5 minutos do tempo do horário da Liderança ao Senhor Deputado Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Vossa Excelência está com a palavra por mais 5 minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Muito obrigado pela Liderança ter me dado 5 minutos.

E para finalizar, eu digo apenas o seguinte: Senhor Presidente, e Senhores Deputados: Embora pudesse eu, como já disse, mostrar estatisticamente, que o empenho programático do PMDB por uma Reforma Agrária, não é uma utopia partidária, mas sim uma situação real do Brasil. Atenho-me por brevidade e por desnecessário a esses

tópicos superficiais da questão, porque entendo que nenhum homem público deste País, que possa olhar para o futuro, a partir dos seus próprios filhos, não se convença, ou já não esteja convencido, de que a reforma Agrária do Brasil é uma questão de vida ou morte.

Muito Obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é concedido.

O Sr. Mário Pereira - Deputado Sérgio Spada por 20 minutos, e os 5 restantes com o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o Senhor Deputado Sérgio Spada, por 20 minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados: Na mesma linha política do excelente pronunciamento, diga-se de passagem, do Deputado Antonio Fonseca, e registramos também, nesta oportunidade, a presença de agricultores sem terra, que se encontram acampados em frente ao INCRA, já há alguns meses aqui em Curitiba, eu gostaria de me pronunciar. (Lê):

"Ainda ontem recebemos o manifesto dos agricultores sem-terra acampados em frente ao INCRA, que expõe a trajetória percorrida na luta pela posse da terra, visando a desapropriação da Fazenda Imaribo, no Município de Manguelirinha. Dizem do estado de penúria em que se encontram não só os trabalhadores acampados aqui em Curitiba, como também de seus companheiros no interior. Falta alimentação, e muita gente está doente. Já perdemos, diz o manifesto a safra passada e corremos o risco de perder a próxima, se a fazenda não for desapropriada imediatamente. O prazo estabelecido pelo INCRA esgotou-se no dia 8 de dezembro e nenhuma solução foi encontrada. Por isso, resolveram dar ultimato ao Governo Estadual e ao INCRA, exigindo que até o dia 18 de dezembro próximo, seja encontrada uma saída para o impasse, reafirmando a disposição de não levantarem o acampamento de Curitiba enquanto não for iniciado o assentamento dos sem-terra de Manguelirinha, Medianeira e S.M.I.

Este caso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é importante na medida em que elucida os principais componentes da crise agrária atual em nosso País. Neste momento, quando objetivamente caminhamos para a construção de um novo governo, cumpre firmar alguns conceitos sobre tão importante problema. E o faremos a partir de conside-

rações em quatro níveis: primeiro, traduzindo as principais realidades da estrutura agrária no Brasil; segundo, aprofundando um pouco a situação concreta vivida no Paraná; terceiro, identificando as origens e formas de manifestação da violência no campo; e, por último, estabelecendo os pontos basilares da reforma agrária preconizada por nosso Partido, o PMDB.

Em primeiro lugar, está claro que o modelo dependente supõe a necessidade de obter divisas internacionais a fim de garantir as importações de máquinas e equipamentos, e garantir a remessa de lucros, royalties, juros e prestações da dívida. Daí o modelo exportador, centrado na superexploração dos trabalhadores e no binômio latifúndio-minifúndio no campo. No entanto, as próprias contradições deste tipo de modelo fazem romper a unidade aparente do campo. A voragem sem fim, de lucros das multinacionais foi espremendo totalmente o produtor rural no processo de comercialização, de um lado vendendo implementos e insumos agrícolas a preços escorchantes e, de outro, comprando produtos agrícolas e preços aviltantes.

Além disso, o pequeno produtor não tem ao menos acesso ao crédito ou à assistência técnica: em 1976, recebia apenas 11% do total do crédito agrícola e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural previa o atendimento de apenas 4% dos minifúndios de 1977. É verdade que tanto o governo Geisel quanto o atual Governo ensaiaram a correção destas distorções, promovendo uma política de crédito barato e fácil à agricultura. Plante que o João garante, dizia a propaganda oficial. Entretanto, a apropriação destes créditos foi processada mesmo pelos grandes proprietários, que o usaram em grande parte na especulação financeira e imobiliária, ou na produção para a exportação.

Na mesma linha, a suspensão de subsídios ao crédito agrícola, exigida pelo FMI, agrava ainda mais a crise agrária que desde o início dos anos 70 se gesta, e se aproxima agora de seu grau máximo.

O Estatuto da Terra, que deveria ser acionado, é o mais prático e lucrativo negócio para os grandes fazendeiros. Por trás desse instituto legal, há um acordo não escrito entre os latifundiários e o governo militar, pelo qual os grandes proprietários de terras, em especial os estrangeiros, puderam saborear os créditos e incentivos - inclusive para a formação de novos latifúndios - enquanto o governo, alegando dificuldades orçamentárias e operacionais, posterga para épocas sempre mais distantes a execução da espinhosa reforma agrária, prevista no Título 2 do Estatuto da Terra.

Em decorrência desta política do regi-

me, entre 1964 e 1982 o governo desapropriou 12,8 milhões de hectares, dos quais, 9,3 milhões de hectares destinados para a construção da Transamazônica e ações semelhantes no Acre e em Rondônia. Se neste período foram assentadas 116 mil famílias, o exodo rural foi mais de 6 milhões de famílias. Entre 1960 e 1980, nada menos que 120 milhões de hectares foram incorporados à produção agropecuária no País, área suficiente para assentar 4 milhões de famílias em lotes de 30 hectares. Entretanto, desses 20 milhões de hectares, nada menos de 100 milhões foram se somar às terras fartas dos latifúndios. Passa, então, a ser absolutamente compreensível que os latifundiários detenham 350 milhões de hectares, sendo 250 milhões de áreas ociosas. E ainda que pessoas jurídicas e físicas estrangeiras controlem 36 milhões de hectares, o equivalente a oito pequenos Estados da Federação.

Já no Paraná, Senhor Presidente, Senhores Deputados, importa verificar o perfil da distribuição da terra. Antes, identificar a existência de cerca de 54 litígios localizados, dos quais 15 na faixa de fronteira.

Ao nível dos imóveis considerando minifúndios, em 1967 eram 76,2% das propriedades rurais e ocupavam 25,5% da área total do Estado. Em 82, eram 302 mil unidades que ocupavam 2 milhões e 800 mil hectares, correspondendo a 60% das propriedades, e 13% da área. Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de 1967 a 1982 a área ocupada pelos minifúndios, propriedades inferiores a um módulo rural de 13 hectares, foi reduzida praticamente à metade.

As empresas rurais, aqueles imóveis exploradores regionalmente conforme padrão técnico da região, e que em geral têm tamanho superior a um módulo, em 1967 eram 3,1 da totalidade dos imóveis paranaenses, e ocupavam 7,3% da área do Estado. Em 1982, subiam para 10,35% dos imóveis e 23,75% da área. Triplicaram em número e área.

Os latifúndios por exploração (imóveis do tamanho entre um e 600 módulos), explorados abaixo dos padrões tecnológicos da região, e onde a terra não é explorada ou é mal explorada, em 67 eram 20,8% dos imóveis e cobriam 64,6% do território. Em 1982, tinham aumentado para 29,58% das propriedades e 59,39 da área.

E os latifúndios por dimensão, aquelas propriedades acima de 600 módulos, em 1967 ocupavam 2,8% do território, subindo para mais de 3% em 82, num total de apenas 16 propriedades.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura-FETAEP afirma que entre 1970 e 1980 desapareceram 180 mil pequenos pro-

prietários, dando hoje, na existência de cerca de 500 mil boas-rias enquanto 3 milhões e 350 mil hectares se mantêm improdutivos.

Que dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, do fato de 3800 proprietários deterem 5 milhões e 300 mil hectares de terras paranaenses?

Que dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de uma política de favores aos grandes proprietários, quando sabemos que os pequenos estabelecimentos de até 50 hectares, apesar de ocuparem no total muito menos área que os médios e grandes proprietários produzem 70% do milho, 30% do feijão, 60% do arroz, 75% do algodão, e concentrarem 81% do rebanho suíno, 73% das aves, 73% dos tratores em uso, e proporcionarem 69% dos empregos na agropecuária?

Ao lado da concentração da propriedade da terra, cresce geometricamente no campo a violência contra os camponeses, que martirizam suas famílias e comunidades. Em 23 de setembro passado, o Presidente da Conferência dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheider, entregou ao Ministro dos Assuntos Fundiários, General Danilo Venturini, relatório sobre a questão da terra, pedindo, entre outras providências, a punição dos responsáveis pelo assassinato de 62 líderes camponeses, mortos somente este ano, e sete dos quais em setembro. Quase todos ligados à Pastoral da Terra e às comunidades eclesiais de base. Dom Ivo denunciou ainda no relatório, ameaças e despejos de lavradores em vários Estados, com o envolvimento da Polícia e de agentes do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins), além da existência de trabalho escravo em vários projetos agropecuários.

Em balanço sobre a ação da Igreja no Brasil no biênio 81/82, apresentado à Assembleia Geral da CNBB em Itaici, em abril do ano passado, o cardeal Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, informou que de 77 a 81 houve 916 conflitos de terras no Brasil, envolvendo mais de 250 mil famílias, ou aproximadamente duas mil pessoas. Nesse mesmo relatório, destacou que embora conhecidos os nomes, datas, protagonistas de todos os crimes, nenhum deles foi apurado de forma concludente.

A violência no campo chegou a tal nível em nosso País, que a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil teve de pronunciar-se e informou que foram mortos de 81 até agora 19 advogados e 70 foram ameaçados de morte por terem assumido a defesa de camponeses em conflitos de terra.

Segundo a Confederação de Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, movimento sindical de trabalhadores no campo denunciou 26 casos de violências em 81, e 41 casos

em 82. Em 1983, subiu para 134. Os assassinatos de dirigentes sindicais, assessores, e trabalhadores rurais, em luta pela posse da terra e por direitos, que foram; 10 em 1980, 15 em 1981, 16 em 1982, e 46 em 1983. Apenas nos seis primeiros meses deste ano, segundo a CONTAG, já tivemos mais assassinatos que durante todos os ocorridos nos anos de 80, 81 e 82. Entre janeiro e junho do ano em curso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foram assassinados no Brasil 21 trabalhadores rurais e líderes sindicais.

É de perguntar-se Senhor Presidente, Senhores Deputados, que seria deste País se a cada três dias um grande fazendeiro sofresse um atentado? Ou se então cinco industriais fossem assassinados a cada mês?

Nos últimos cinco anos, o movimento sindical denunciou cerca de 1100 conflitos, envolvendo cerca de 120 mil famílias de trabalhadores rurais. Valem-se da violência os grandes fazendeiros e grileiros de terras. Mas dela também se valem os grupos supostamente modernos, que legalmente ou fraudulentamente, adquirem terras para a especulação ou para a implantação de projetos agropecuários, de mineração, entre outros. Verdadeiras milícias são acionadas e a violência dá um salto de qualidade, assumindo um caráter efetivamente seletivo, onde os alvos são exclusivamente os líderes sindicais e os camponeses mais firmes na luta por seus direitos.

Uma violência que visa intimidar os trabalhadores, para que não defendam suas posses, ou para que entreguem sua produção, ou para que não procurem seu sindicato, ou para que não busquem proteção na Justiça.

Uma violência que tem como substrato a impunidade oportunizada pela ação oficial dos organismos de governo federal, que escancaradamente fazem o jogo dos grandes proprietários, das multinacionais e grupos econômicos nacionais, responsáveis, todos eles, pela violência hoje em movimento no campo brasileiro.

Diante deste quadro, de crises cada vez maiores, os trabalhadores do campo vêm realizando importantes lutas. Na ordem do dia a necessidade de uma reforma agrária. É ainda impossível prever exatamente como ela se fará. É, porém, necessário estabelecer algumas indicações. A regra geral é que o conjunto da terra, ressaltando apenas as parcelas dos pequenos produtores, deverá ser NACIONALIZADA. Isto significará a imediata eliminação da renda da terra, decorrente de seu monopólio, cujo efeito será o rebaixamento dos preços dos alimentos e das matérias primas, de origem agrícola.

No que se refere à distribuição das

terras, deverá ser feita pelo novo governo sob o controle direto dos sindicatos rurais, das Federações e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, que evitarão os entraves burocráticos do processo distributivo.

Não bastará apenas entregar a terra. Deverá ser montado um amplo programa de crédito (e para isso servirá a nacionalização dos bancos) e de assistência técnica, tanto para os novos, como para os antigos pequenos produtores. Além disso, para garantir preço justo e condições favoráveis de comercialização, garantindo a compra e a distribuição de toda a produção agrícola, o governo deverá extinguir a figura do atravessador.

Situação distinta deverá suceder naquelas áreas onde predominam as modernas empresas rurais, baseadas no trabalho assalariado e na tecnologia moderna. Não só será impossível tecnicamente a repartição dessas terras como representaria um atraso no desenvolvimento das forças produtivas tal ação. Os trabalhadores aí, como já ocorre atualmente, deverão seguir lutando por melhores condições de vida e trabalho, acrescentando a bandeira de participação na gestão das fazendas, com o Estado garantindo a estes trabalhadores os mais amplos direitos trabalhistas.

Antes da implementação destas medidas de reforma agrária, deverá o governo novo que começa a nascer assegurar, com urgência, a isenção na atuação das Polícias Civis e Militares, bem como da Polícia Federal no meio rural, locando-se o Poder Público acima dos interesses do latifúndio; respeito, pelas forças policiais, dos direitos civis dos cidadãos e a obediência à Justiça; não interferência da Polícia, ou outros órgãos de repressão, em atividades sindicais ou movimentos coletivos de trabalhadores; desativação é desarmamento das polícias privadas ou bandos de jagunços que agem a mando do latifúndio; maior eficiência na apuração e punição dos crimes cometidos contra os trabalhadores; que, nos casos de despejo judicial, o Poder Público não admita violências contra os trabalhadores e seus bens por parte dos agentes policiais; e que o Poder Público puna severamente os agentes policiais ou funcionários que participem de ações ilegais de despejo.

Estas são algumas questões que o movimento sindical e o movimento dos sem terras, há anos vêm discutindo. As tarefas são claras. Dependem de determinação, coragem, compromisso. O PMDB as assume, para, o que espera contar com o apoio de toda a sociedade.

Era o que tinha que dizer". Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, por cinco minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Paraná sediou, nos últimos dias 13 e 14 do mês passado, o Simpósio Alternativas para a Política Mineral do Estado. O conclave contou com o apoio desta Casa e da Minerais do Paraná S/A, a Mineropar, bem como da Associação Profissional de Geólogos do Paraná.

Hoje, queremos registrar nos Anais desta Assembléia alguns dos tópicos principais da Carta de Conclusões do Simpósio que, democraticamente, analisou a atual política mineral, extremamente necessária ao esforço de recuperação nacional e da restauração de nossa soberania, completamente perdida, em anos de vigência do arbítrio e do autoritarismo.

Os participantes do conclave concluíram, como pontos fundamentais para uma política mineral a nível de Estado, a necessidade de: 1.º) se retomarem os levantamentos geológicos básicos, de modo a potencializar as vocações regionais, com uma conseqüente integração dos trabalhos dos setores públicos federais e estaduais, inclusive com a criação de um organismo, a nível federal, que implemente uma nova política de levantamentos geológicos básicos, evitando superposição e má utilização de recursos públicos.

2.º) A reformulação do Código de Mineração, conjuntamente com a revisão a que deve ser submetida a Constituição Federal. É preciso que os mecanismos de fiscalização, controle e normatização sejam descentralizados aos Estados e Municípios, bem como revisto o Imposto Único sobre Minerais.

3.º) Democratização da atuação das empresas estatais, que não devem continuar subjugadas a uma visão unicamente empresarial e economicista como a atual, mas sim direcionadas para servirem às necessidades básicas da comunidade.

Em 4.º lugar, a carta prega a preservação e dinamização dos sistemas estaduais de mineração. Com isso se tornariam conhecidas as potencialidades de subsolo dos respectivos recursos e se atrairia recursos para o setor, gerando emprego e renda e contribuindo para o desenvolvimento das regiões mineradoras.

Finalmente, o documento final do Simpósio Alternativas para a Política Mineral prega o reordenamento do Sistema Estadual de Mineração do Paraná. Defende a necessidade do Estado ampliar a utilização dos conhecimentos geológicos, com a elaboração de uma política mais de aproveitamento dos recursos minerais, que possibilitará con-

tribuições decisivas do setor como suporte aos programas prioritários da administração pública, principalmente nas áreas de habilitação, saneamento básico e agricultura.

Os especialistas no setor pregam também a criação de um Conselho Coordenador de Geologia e Recursos Minerais do Estado, que seria um embrião de uma futura Secretaria de Minas. Este Conselho estaria subordinado diretamente ao gabinete do Governador, que exerceria sua presidência, sendo que a criação do órgão não implicaria em ônus para o Estado. Reivindica-se ainda que o aporte de elementos para estudos, análise e decisões do Conselho, se faria por câmaras de assessoria técnica, que seriam constituídas por profissionais pertencentes aos quadros técnicos dos órgãos das diversas Secretarias ou entidades ali representadas.

Era esse, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso pronunciamento na sessão desta tarde. Com ele, desejamos destacar a importância da realização do Simpósio Alternativas para a Política Mineral do Estado, ao mesmo tempo em que estamos reivindicando ao futuro Presidente Tancredo Neves e ao Governador José Richa, que estudem com carinho as propostas contidas no documento final do encontro, para posterior aplicação das mesmas."

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Tendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 269/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 209/84), que altera o orçamento vigente da IAPAR, pela transposição de Cr\$ 872.574.000 (oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil cruzeiros) da fonte de receitas 81 - Convênios com Órgãos Federais, para a

fonte 90 - Receitas Diversas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 298/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 219/84), que altera o vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento, até o limite de Cr\$ 26.000.000.000 (vinte e seis bilhões de cruzeiros), destinados a atender o Programa de Ação Municipal - PRAM. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 299/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 218/84), que altera o orçamento da FIDEPAR, através de um Crédito Adicional no valor de Cr\$ 1.953.258.000 (hum bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), destinados a reforçar o orçamento da Entidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 309/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 227/84), que altera o vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, em até cr\$. 1.195.821.000 (hum bilhão, cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil cruzeiros), com finalidade de complementar recursos para dar continuidade aos Programas de Trabalho da Entidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 310/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 228/84), que altera o vigente orçamento da CLASPAR em até cr\$ 1.898.531.000 (hum bilhão, oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil cruzeiros), para fins que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 336/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 250/84), que altera os percentuais relativos aos limites para abertura de créditos adicionais para a administração direta e indireta fixados na Lei n.º 7772, de 13.12.83 que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para 1984, de 15% para 30%. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º

337/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 249/84), que altera o orçamento da Biblioteca Pública do Paraná, até o limite de Cr\$ 27.000.000. (vinte e sete milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com serviços de terceiros e encargos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 338/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 239/84), que visa obter autorização para abertura de Crédito Adicional no valor de Cr\$ 2.556.000.000 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e seis milhões de cruzeiros), alterando orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado das Finanças, destinado atender despesas até o final do exercício, com o PASEP. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 340/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 248/84), que altera o orçamento vigente da Fundação Teatro Guaíra-FTG, pela Transposição de Cr\$ 137.000.000 (cento e trinta e sete milhões de cruzeiros) da Fonte de receita 81 - Convênio com Órgãos Federais, para a Fonte 40-Diretamente Arrecadada, para fins que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 341/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 251/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 32.000.000 (trinta e dois milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, com objetivo que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 342/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 252/84), que abre Crédito Suplementar ao Orçamento atual do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edison Vieira, até o valor de Cr\$ 2.000.000 (dois bilhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 343/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 253/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 158.000.000 (cento e cinquenta e oito milhões de cru-

zeiros), alterando o vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material-DEAM. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 344/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 254/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$4.470.000.000 (quatro bilhões, quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração dos Portos de Paranguá e Antonina, destinado a dar continuidade aos trabalhos de Operação Portuária. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 345/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 257/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 652.000.000 (seiscentos e cinquenta e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura, destinado a despesas com pessoal via convênios. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 346/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 256/84), que abre Crédito Suplementar ao Orçamento Atual da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR. No valor de Cr\$ 1.240.000.000 (um bilhão, duzentos e quarenta milhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 347/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 255/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 3.964.551.000 (três bilhões, novecentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 349/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 259/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana e até o valor de Cr\$ 9.552.000 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), alterando o orçamento vigente do Colégio Estadual do Paraná. Com

PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

nados com Programa de Ação Municipal-PRAM, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o PRAM. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 350/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 260/84), que abre Crédito Suplementar de CR\$ 230.000.000 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros) alterando o orçamento atual da PARANATUR, cujos recursos serão destinados a atender despesas com manutenção de equipamentos, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 178/84, (Mensagem n.º 186/84 - ex-Proposição n.º 184/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 6.º Termo Aditivo de 19.07.84, ao Convênio celebrado em 20.03.81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades de defesa Sanitária Animal, principalmente ao controle e combate da peste suína e doença das Aves. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 351/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 261/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de CR\$ 20.299.795.000 (vinte bilhões, duzentos e noventa e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem- DER, objetivando completar recursos insuficientemente dotados, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 179/84, (Mensagem n.º 174/84- ex-Proposição n.º 177/84) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de União da Vitória, Umuarama, Francisco Beltrão e Contenda, para os fins que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 364/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 274/84), que abre Créditos Suplementares até o valor de CR\$ 136.500.000 (cento e trinta e seis milhões e quinhentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa e até o valor de CR\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 180/84, (Mensagem n.º 214/84- ex-Proposição n.º 202/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 02.04.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social e Municípios que especifica, objetivando execução de obras de construção e ou reformas de Centros de Saúde nos Municípios signatários. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 176/84, (Mensagem n.º 163/84 - ex-Proposição n.º 174/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Convênio n.º 23/84, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Jundiá do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética". **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 183/84, (Mensagem n.º 212/84 - ex-Proposição n.º 199/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 31.08.84, através da Secretaria do Planejamento, dos Transportes e do DER e a SUDESUL, objetivando execução de obras de recomposição do sistema viário na área impactada pela formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 177/84, (Mensagem n.º 188/84- ex-Proposição n.º 179/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros relacio-

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 184/84, (Mensagem n.º 196/84- ex-Proposição n.º 192/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Pa-

Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Município de Pérola, objetivando execução de obras para recuperação de estradas, no referido Município. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 185/84, (Mensagem n. 201/84- ex-Proposição n. 188/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29.08.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Campo Largo, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras de pavimentação de vias públicas no referido Município. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 186/84, (Mensagem n. 215/84 - ex-Proposição n. 200/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Contrato de Colaboração Financeira não reembolsável, de 21.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social e o BNDES, com interveniência do Ministério da Saúde, com objetivos que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 187/84, (Mensagem n. 199/84- ex-Proposição n. 194/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos Municípios signatários. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 188/84, (Mensagem n. 194/84 - ex-Proposição n. 196/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 189/84, (Mensagem n. 202/84- ex-Proposição n. 189/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Jesuítas, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da

erosão urbana naquele Município. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 190/84, (Mensagem n. 213/84- ex-Proposição n. 201/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 27.09.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e o Município de Santa Terezinha de Itaipu, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana, no referido Município. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 191/84, (Mensagem n. 195/84 - ex-Proposição n. 191/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Cascavel, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA". **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 192/84, (Mensagem n. 206/84- ex-Proposição n. 197/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 16.08.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Guaraniaçu e Assaí, objetivando execução de obras de reforma nos terminais rodoviários da sede dos referidos Municípios. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 193/84, (Mensagem n. 200/84- ex-Proposição n. 195/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 03.07.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR, com interveniência da SUDESUL e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos Municípios signatários. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 196/84, (Mensagem n. 216/84- ex-Proposição n. 212/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 16.08.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta, com

vistas à execução de obras integrantes do Projeto Prosafras. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 197/84, (Mensagem n. 217/84- ex-Proposição n. 213/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 21.08.84, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Articulação com Estados e Municípios- SAREM, Órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e CNPQ, com vistas a execução de Projetos no âmbito do Sistema Estadual de Ciências e Tecnologia. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 198/84, (Mensagem n. 220/84- ex-Proposição n. 214/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.º Termo Aditivo de 18.09.84, celebrados entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano, da SUDESUL e da Secretaria do Planejamento, visando preparação do subprojeto Aglomerado Urbano de Londrina/Maringá e do Projeto Especial de Cidades de Porte Médio. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 199/84, (Mensagem n. 198/84- ex-Proposição n. 190/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Jussara, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 201/84, (Mensagem n. 221/84 - ex-Proposição n. 215/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 03.10.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando o engajamento do Município signatário no Programa de Manejo Integrado dos Solos. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 202/84, (Mensagem n. 197/84 ex-Proposição n. 193/84) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios n. 131/84

pag. 29
e 203/84 celebrados em 04 de 20 de julho de 1984, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Curiuva e Mallet, objetivando aplicação Financeira relacionadas com o PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos manuais do referido Programa. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 204/84, (Mensagem n. 245/84- ex-Proposição n. 226/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 06.09.83, sob o n. 71/83 e a SUDESUL, objetivando execução de obras em conformidade com o PRODOPAR. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 205/84, (Mensagem n. 156/83 - ex-Proposição n. 144/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Segundo Termo Aditivo de 27.10.83, ao Convênio n. 22/82 de 18.11.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Empresa de Planejamento GEIPOT, para os objetivos que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 206/84, (Mensagem n. 242/84 - ex-Proposição n. 223/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência da SUDESUL, da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria do Planejamento, visando a preparação do subprojeto aglomerado urbano Londrina e Maringá- METRONOR, do Projeto Especial Cidades de Porte Médio. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 207/84, (Mensagem n. 241/84 - ex-Proposição n. 222/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e o Município de Mandirituba. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 208/84, (Mensagem n. 244/84- ex-Proposição n. 225/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio entre o Estado do Paraná sob n. SAREM/60/83, celebrado em 18.11.83 e a União, através da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Mi-

Ministério das Minas e Energia, com intervenção do CNPQ, visando a implantação Modelo Energético Estadual. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 209/84, (Mensagem n. 243/84 - ex-Proposição n. 224/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Terceiro Termo Aditivo de 16.06.83, ao Convênio n. 81/80, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, o Ministério do Interior, a SUDESUL, as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. e o Município de Guaíra, com intervenção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, com objetivos que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 210/84, (Mensagem n. 246/84 - ex-Proposição n. 227/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Ajuste celebrado em 19.12.83, ao protocolo de intenções firmado em 26.11.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SAREM, Órgão da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o CNPQ, com objetivos que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 297/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 223/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de CR\$ 40.048.000 (quarenta milhões e quarenta e oito mil cruzeiros), destinados a atender despesas com material de consumo e outros serviços e encargos do Tribunal de Alçada, até o final do corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 297/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.^o - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 40.048.000 (quarenta milhões e quarenta e oito mil cruzeiros) no vigente orçamento do Tribunal de Alçada, destinado a cobrir despesas com material de consumo e outros serviços e encargos.

Art.2.^o - Servirá como recurso para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no § 1.^o, item II, do art. 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 297/84

PARECER:

O presente projeto de lei oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a abrir Crédito Especial no valor que especifica, no vigente orçamento do Tribunal de Alçada, destinado a cobrir despesas com material de consumo e outros serviços e encargos.

Legal e constitucionalmente, a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, já que nos termos dos arts. 25, 35 e 47 da Constituição Estadual, tais matérias com relação a competência na iniciativa do processo Legislativo, é a do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
20 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR
Presidente
CAÍTO QUINTANA
Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 297/84

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 237/84, tem por objetivo abrir Crédito Especial no valor de CR\$ 40.048.000 (quarenta milhões e quarenta e oito mil cruzeiros) no vigente orçamento do Tribunal de Alçada, destinado a cobrir despesas com material de consumo e outros serviços e encargos.

Sobre a matéria, houve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto a sua legalidade e constitucionalidade.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto da análise desta Comissão, constatamos que, servirá como recurso para a cobertura de Crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no § 1.^o, item II, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições e considerando que o presente plano encontra-se revertido de todas as formalidades legais, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
29 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 352/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 262/84), que abre Crédito Suplementar ao orçamento vigente da SESP, até o limite de CR\$ 459.000.000 (quatrocentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros), e CR\$ 680.000.000 (seiscentos e oitenta milhões de cruzeiros), ao orçamento da Secretaria da Administração, especificamente ao DEAM, alterado o valor da atividade compra e fornecimento de material. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 352/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente da Secretaria de Estado da Segurança Pública- SESP, até o limite de CR\$ 459.000.00 (quatrocentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros) e CR\$ 680.000.000 (seiscentos e oitenta milhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado da Administração, especificamente no Departamento Estadual de Administração de Material- DEAM, alterando o valor da atividade Compra e Fornecimento de Materiais.

Art.2.º - O Crédito de que trata o artigo 1.º desta lei se destina a atender despesas com material de consumo das diversas unidades da Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo por cobertura recursos oriundos do Tesouro Geral do Estado conforme estabelece o § 1.º item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984
(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 352/84

PARECER:
Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Secretaria de Segurança Pública, e da Secretaria de Estado da Administração, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência, o Senhor Go-

pag.31
vernador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05/12/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente
(a) ANIBAL KHURY - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 352/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que específica, visando alterar o orçamento da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Administração.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas Condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/12/84.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente;
(a) HOMERO OGUIDO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 353/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 263/84), que abre o Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Instituto de Tecnologia do Paraná TECPAR, com objetivo de cobrir despesas com pessoal e encargos sociais, material de consumo, serviços de terceiros e encargos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 353/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Instituto de Tecnologia do

Paraná - TECPAR.

Art. 2.º - O Crédito de que trata o artigo 1.º desta Lei tem por objetivo cobrir despesas com pessoal e encargos sociais, material de consumo, serviços de terceiros e encargos, tendo como respaldo recursos da própria entidade em conformidade com o disposto no § 1.º item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/12/84.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 353/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.

Através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05/12/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 353/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontrar respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas Condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/12/84.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente;

(a) HOMERO OGUIDO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 354/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 264/84), que abre Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Empresa de Obras Públicas do Paraná EMOPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 354/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR.

Art. 2.º - Servirão para cobertura do Crédito de que trata o artigo 1.º desta Lei, recursos da própria entidade, de acordo ao que estabelece o item II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/12/84.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 354/84.

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR.

Através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05/12/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 354/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMO-PAR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas Condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.
Sala das Comissões, em 11/12/84.
(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente;
(a) HOMERO OGUIDO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 355/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 265/84), que procede a compensação entre as fontes de recursos que custeiam a programação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, contida no Orçamento Geral do Estado e aprovado pelo decreto n.º 2.408, de 30.12.83, no valor de Cr\$ 94.000.000 (noventa e quatro milhões de cruzeiros), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 355/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a compensação entre as fontes de recursos que custeiam a programação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, contida no Orçamento Geral do Estado e aprovado pelo Decreto n.º 2408, de 30 de dezembro de 1983, no valor de Cr\$ 94.000.000 (noventa e quatro milhões de cruzeiros), na forma a seguir discriminada:

- I - Elevação de Cr\$ 61.500.000 (sessenta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) na fonte "81 - Convênios com órgãos Federais"; Cr\$ 31.000.000 (trinta e um milhões de cruzeiros) na fonte "82 - Convênios com órgãos estaduais" e Cr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) na fonte "90 - Outras receitas", na atividade "Administração e Manutenção do Ensino Superior em Ponta Grossa".
- II - Redução de Cr\$ 94.000.000 (noventa e quatro milhões de cruzeiros) na fonte "40 - Diretamente arrecadada" na mesma atividade.

ta e quatro milhões de cruzeiros) na fonte "40 - Diretamente arrecadada" na mesma atividade.

Art.2.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 94.000.000 (noventa e quatro milhões de cruzeiros), alterando o orçamento da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Art.3.º - Servirão como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, os indicados no item I, do artigo 1.º desta lei.

Art.4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/12/84.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 355/84

A presente matéria tem por origem a Mensagem Governamental n.º 265, cuja finalidade é alterar em Cr\$ 94.000.000 (noventa e quatro milhões de cruzeiros), o orçamento vigente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Na justificativa que acompanha a presente, constata-se que a intenção do autor é fazer um remanejamento de dotações e mudanças de fontes de recursos, tendo em vista cumprir dispositivos do Ato Normativo 03/84, de 25 de abril de 1984 - SEFI.

A medida é legal e constitucional, pois cabe ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de tal propositura.

Razão pela qual, somos de parecer favorável, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.
Sala das Comissões, em 05/12/84.
(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;
(a) TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 355/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo, tendo como indicador de recursos da própria entidade, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas Condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

mente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/12/84.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente;

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 356/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 266/84), que abre Créditos Suplementares até o valor de Cr\$ 12.000.000 (doze milhões de cruzeiros), Cr\$ 4.600.000 (quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros) e Cr\$ 45.000.000 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), alterando os orçamentos próprios atuais da Faculdade de Educação Musical do Paraná, da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio, respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 356/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares até o valor de Cr\$ 12.000.000 (doze milhões de cruzeiros), Cr\$ 4.600.000 (quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros) e Cr\$ 45.000.000 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), alterando os orçamentos próprios atuais da Faculdade de Educação Musical do Paraná, da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Cornélio Procópio, respectivamente.

Art. 2.º - Os recursos para cobertura dos Créditos de que trata o artigo 1.º desta Lei são oriundos das próprias entidades, de acordo com o que preceitua o item II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04/12/84.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 356/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Fundação Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05/12/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;

(a) TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 356/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Faculdade de Educação Musical do Paraná, da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo, face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas Condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/12/84.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente;

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 357/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 267/84) que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 675.075.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões e setenta e cinco mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, destinado a atender despesas com pessoal e outras despesas correntes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 357/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 675.075.000 (seiscentos e

setenta e cinco milhões e setenta e cinco mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, destinado a atender despesas com pessoal e outras despesas correntes.

Art.2.º - Servirá para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, igual importância, proveniente de recursos próprios, em conformidade com o artigo 43, § 1.º, inciso II, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/12/84.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 357/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

Através da abertura de Crédito Suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05/12/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 357/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo, face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas Condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO:

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/12/84.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 358/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 268/84) que abre Créditos Suplementares aos orçamentos das Secretarias de Estado da Justiça, até o valor de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) e da Administração até o valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender à Secretaria de Estado da Justiça, através do DEAM. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 358/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares aos orçamentos das Secretarias de Estado da Justiça, até o valor de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) e da Administração, até o valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender à Secretaria de Estado da Justiça, através do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM.

Art.2.º - Os recursos para cobertura dos Créditos de que trata o artigo anterior, são provenientes do Tesouro Geral do Estado, em conformidade ao que estabelece o item II do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/12/84.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 358/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Secretaria de Estado da Justiça, Fundação de Saúde Caet. M. Rocha e Secretaria de Administração, através da abertura de Crédito Suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há

qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05/12/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 358/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Secretaria de Estado da Justiça.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo, face à disponibilidade do erário público estadual presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas Condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO:

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/12/84.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente;

(a) QUIELSE CRIÓSTOMO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 359/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 269/84) que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$..... 1.375.441.000 (hum bilhão, trezentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos e quarenta e um mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 359/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 1.375.441.000 (hum bilhão, trezentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos e quarenta e um mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR.

Art. 2.º - Servirá para cobertura dos Créditos de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do Tesouro, em conformidade com o artigo 43, § 1.º,

item III, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/12/84.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 359/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-Pr., através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

05 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 359/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-Pr.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões,

em 11 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente
QUIÊLSE CRISÓSTOMO
Relator.

BASÍLIO ZANUSSO
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 360/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 270/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de CR\$ 111.000.000 (cento e onze milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná- FAMEPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 360/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o valor de CR\$ 111.000.000 (cento e onze milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná- FAMEPAR.

Art.2.º- Servirão para cobertura do crédito de que trata o artigo 1.º desta Lei, recursos da própria entidade, em conformidade com o estabelecido pelo item I, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984
(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 360/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná- FAMEPAR, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua **APROVAÇÃO.**

É o parecer.

Sala das Comissões, em
05 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 360/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná- FAMEPAR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições opinamos favoravelmente à sua **APROVAÇÃO.**

É o parecer.

Sala das Comissões, em
11 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI
Presidente
QUIÊLSE CRISÓSTOMO
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 361/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 271/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de CR\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná- IAPAR, destinados a aquisição de uma área de 77 ha. em Cerro Azul, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 361/84.

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o limite de CR\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná- IAPAR, destinado a aquisição de uma área de 77 ha. em Cerro Azul, tendo em vista a estruturação de uma Fazenda Experimental, para atendimento dos problemas regionais de pesquisa.

Art.2.º- Servirá para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de recursos do Tesouro, em conformidade com o artigo 43, § 1.º, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 361/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná- IAPAR, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões,
em 05 de dezembro de 1984.
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
EZEQUIAS LOSSO
Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 361/84

PARECER:

O Presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná- IAPAR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição de Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
11 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI
Presidente
QUIÊLSE CRISÓSTOMO
Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 361/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 272/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de CR\$ 2.144.892.000 (dois bilhões, cento e quarenta e quatro milhões e oitocentos e noventa e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER-Pr. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 362/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o limite de CR\$ 2.144.892.000 (dois bilhões, cento e quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-Pr.

Art.2.º- Servirá para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de recursos da própria Entidade, em conformidade com o § 1.º, item III, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
04 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 362/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER- Pr. através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente, não há qualquer óbice que possa impedir a sua

normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
05 de dezembro de 1984.
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
EZEQUIAS LOSSO
Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 362/84

O presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER-Pr.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
11 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI
Presidente
QUIÉLSE CRISÓSTOMO
Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 211/84, (Mensagem n.º 222/84- ex-Proposição n.º 216/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Tupãssi, objetivando o engajamento do município signatário no Programa de Manejo Integrado dos Solos. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Migliavacca, ocorrido no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente,

pag. 39
diente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Theófilo Lipinski, ocorrido no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria de Lourdes Scraba Ohpis, ocorrido no dia 6 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 20.º aniversário de emancipação política do Município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando dispensa da publicação da Redação Final aos Projetos objeto da Convocação Extraordinária desta Casa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 363/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 273/84, que autoriza crédito especial à Secretaria da Segurança Pública, conforme artigo n.º 109 do Regimento Interno. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 50.º aniversário das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi, Mário Pereira e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando seja aditado à Mensagem Governamental n.º 282/84, o seguinte texto: "No afastamento aos Estados Unidos, requerido e aprovado por este Plenário, o Chefe do Poder Executivo poderá efetuar gastos de estadia até o limite de US\$ 250 (duzentos e cinquenta dólares) por dia, no câmbio oficial, correndo a despesa à conta da dotação 0907.0307020.2057, do vigente orçamento do Estado, consignada à Governadoria". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Esporte Clube Pinheiros, pela conquista do Campeonato Paranaense do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Fany, desta Capital, que atenderá não apenas as necessidades daquela Comuni-

dade na discussão de assuntos de segurança, mas de outras reivindicações da região. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Governadoria do Estado, encarecendo seja estabelecido plano visando dotar de melhores condições referente à iluminação pública para o Município de Matinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor Tobias de Macedo Filho, pela sua eleição como Presidente do Tribunal Regional do Trabalho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornalista Jorge Kudri, pela sua eleição como Presidente da Federação Paranaense de Futebol de Salão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a votação do Projeto de Lei n. 377/84, oriundo da Mensagem Governamental n. 285/84, que altera o artigo 2.º da Lei n. 7813, referente a contratações de crédito e a prestação de garantias e contragarantias por parte do Executivo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial intitulado "O Reajuste do Funcionalismo", publicado no Jornal "Gazeta do Povo". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a alteração do Regulamento do Instituto de Previdência do Estado-IPE, no sentido de que o cônjuge sobrevivente do sexo masculino tenha idênticos direitos a receber sem discriminação, a pensão e demais benefícios no caso de falecimento da esposa, quando esta tenha sido contribuinte obrigatória daquele órgão beneficiante. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Chefe da Casa Civil, encarecendo informações acerca dos recentes espetáculos artísticos de Fafá de Belém em diversos Municípios do Estado, com participação inquestionável de

certos órgãos estaduais. **Em discussão.**

O SR. SÉRGIO SPADA - Para discutir.

Senhor Presidente, temos em mãos cópia do requerimento do Deputado Tércio Albuquerque, digno representante nesta Casa, de Foz do Iguaçu e regiões, no qual ele solicita uma série de informações a respeito, de uma possível contratação pelo Governo do Estado, ou pagamento de "cachet" à cantora Fafá de Belém, durante a sua estada aqui no Paraná. Tendo em vista que a participação desta cantora, aqui no Estado do Paraná, ocorreram em duas oportunidades bem diversas: uma durante a campanha pelas Diretas, que foi deflagrada neste Brasil inteiro, onde diversos artistas participaram, e aqui em Curitiba nós tivemos a participação, levando Jair Rodrigues, e uma série de outros artistas, e no qual participou também a cantora Fafá de Belém, e que numa outra promoção totalmente distinta, a cantora voltou ao Paraná, para fazer um show no Círculo Militar, contratada desta vez, isso sim, pela Caderneta de Poupança Banestado, num contrato de propaganda dessa empresa, para com os procuradores desta cantora.

Nós conseguimos distinguir claramente, uma distinção entre uma vinda da cantora no show das diretas, onde ela participou como cidadã, como patriota, empunhando a bandeira da campanha das diretas, e no outro, onde ela participou num show no Círculo Militar, numa campanha promocional da Caderneta de Poupança Banestado, e na qual obviamente foi elaborado um contrato no valor de 80 milhões, e que portanto, responde o ofício que nós temos em mãos, enviado pelo Banestado à esta Liderança, responde plenamente às perguntas, e as questões levantadas pelo Deputado Tércio Albuquerque.

Ficou claro que não há nenhuma vinculação entre a propaganda política e a propaganda da Caderneta do Banestado S.A. Nós já achamos por bem que fica prejudicado o seu requerimento, em grande parte, pois que, não procede, e no outro setor procedente, o Deputado Tércio Albuquerque já possui inclusive, um ofício que foi enviado por esta empresa, no qual ele presta os esclarecimentos devidos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em discussão o requerimento.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para discutir, concedo a palavra ao Senhor

Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos em primeira mão, agradecer o encaminhamento rápido e possível resposta, dado ao Requerimento que apresentamos na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Resposta que a mim foi entregue pelo ilustre Líder do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, assinada pelo Diretor Presidente da Banestado S.A., Crédito Imobiliário. O nosso agradecimento, é apenas pela rapidez, não pela eficiência da resposta, porque nela não consta o que nós perguntamos. Nós queremos, não o que diz a resposta que recebemos, quando o Presidente da Banestado Crédito Imobiliário, dá a entender, que nós poderíamos com este requerimento,, tentar denegrir o respeito e a responsabilidade da Banestado Crédito Imobiliário.

Não foi o nosso intuito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nem tão pouco, de leve passou pelo nosso pensamento, porque o Banestado é um patrimônio nosso, do povo que no Paraná reside, do povo, que paga seus impostos; do povo, que deposita nas Cadernetas de Poupança, ou seja, nos papéis instituídos pelo Governo.

O requerimento prende-se, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é, pela vinculação que esta cantora, pelo País inteiro correndo, de palanque em palanque na famigerada, mentirosa campanha pelas eleições diretas, hoje, continuando, pelas eleições indiretas, usando dois pesos e duas medidas para o mesmo ato, que seja, levar ao conhecimento da população brasileira, antes que, seu Partido ou seus contratantes eram favoráveis às eleições diretas, e, hoje, querendo com que o povo se iluda que as eleições indiretas é uma maneira de modificarmos e de mudarmos a estrutura administrativa do nosso País; quando todos nós estamos assistindo um festival de "showmícios" e precisamos saber quem paga e como são pagos esses cantores que, sabemos, são profissionais que vivem da sua voz, das suas apresentações. Só quem não presta atenção em coisa séria é que não entende que esta cantora apresenta-se, e houve um compromisso para que, alguns dos Estados governados pelo PMDB, pudessem retribuir suas apresentações nos palanques públicos, por quase toda a Nação Brasileira de uma maneira clara, evidente, o Paraná apresentou-se como seu primeiro pagador. Jamais houve campanha tão grande quanto esta que o BANESTADO realizou, distribuindo para uns, gratuitamente, em suas agências bancárias, do interior, os ingressos para assistirem o "show" de Fafá de Belém. As campanhas de vendas de ingressos, promovidas pelo BANESTADO, quando se prova que, se a BANESTADO CRÉDITO IMO-

BILIÁRIO deseja fazer sua campanha promocional da Poupança, já é realizada através dos canais de televisão, dos rádios e dos jornais do Estado do Paraná, com matéria paga, o que nós acreditamos, é correto porque, cabe às instituições financeiras ou a qualquer Empresa, propagar o seu produto, para melhor vendê-lo a sua clientela, entretanto, levando-se cantor para o interior do nosso Estado, com apresentações demagógicas, unindo a BANESTADO com a ação política o que foi demonstrado claramente no Estado do Paraná, e por que, meus Senhores, e por que, se o BANESTADO quer propagar sua poupança, não usa cantores e artistas paranaense, que estão a sofrer, em nosso Estado, por falta de uma cobertura da Secretaria da Cultura e do Esporte e do próprio Governo do Estado?

Para as perguntas que nós fizemos e que os Anais da Casa estão aí a registrar, não foram essas mentirosas respostas que a mim chegaram, e que foram defendidas, há minutos atrás, pelo ilustre Deputado Sérgio Spada, peemedebista representante do oeste paranaense, respostas do Deputado Sérgio Spada, com argumentações falhas, com argumentações anêmicas porque não havia sequer lido o nosso Requerimento e nem tampouco a resposta que às minhas mãos chegaram.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Líder do PMDB e do Governo desta Casa no ano de 1979, apresentou na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, requerimento que passaremos a ler alguns trechos e vejam bem, não acredito se a memória do Deputado Nilso Sguarezi, tão frágil que possa ter esquecido um pronunciamento e um requerimento veemente apresentado nesta mesma Casa no dia 7 de maio de 1979, registrando na página 4 do Diário da Assembléia do mesmo dia, quando inicia da seguinte forma: "Requerimento - O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, com aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e Esporte, solicitando cópia do contrato firmado entre o empresário Marcos Lázaro e a Fundação Teatro Guaíra, para apresentação do Cantor Roberto Carlos e faz o seguinte pedido de informações:

"- Quantos ingressos foram reservados à Fundação Teatro Guaíra?

- A quem foram ou serão distribuídos?

- Qual o motivo da censura para menores de 14 anos?

- Qual a taxa incidente sobre a cessão do auditório para tal apresentação?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o meu requerimento nada mais nada menos é um pedido de informação, a que direito o povo me deu, para que se esclareçam os atos do Governo do Estado e do Banestado,

Banco nosso, patrimônio nosso, que não pode ser irresponsavelmente jogado pela janela, atirado fora o dinheiro sofrido e suado que os paranaenses ganham e depositam na confiança do mesmo Banco, banco esse que já tem incidido em outros atos que tem denegrido a sociedade, quando nesta mesma tribuna nós fizemos e argumentamos com documentação farta a irresponsabilidade da direção nos atos da Banestado-Reflorestadora, o qual a própria CPI da Corrupção deu um parecer favorável ao pedido de informações que realizei a denúncia da tribuna da Casa. Nós não podemos admitir que continuem acontecendo atos como esse e defendemos amplamente o direito da Banestado ou de qualquer um dos subsidiários do Banco do Estado do Paraná pertencente ao Conglomerado, que faça através da imprensa, através das suas propagandas de panfleto, a propaganda da Banestado provando ao povo do nosso Estado, que a exemplo do Bamerindus, também é um banco nascido aqui, pela garra, pela inteligência e pela própria capacidade de povo paranaense.

Não, este Banco pode continuar aí aos farrapos entregues a alguns eventuais administradores que passarão na História, mas, que não são proprietários e nem eternos dirigentes de um Banco que é nosso, é do nosso povo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, lerei algumas das perguntas que fiz para que o Deputado Sérgio Spada ou para que qualquer outro representante de sua bancada, possa me responder claramente às perguntas que indago através do pedido de informações que realizei de entrada na Assembléia Legislativa:

Primeiro: foi contrato artístico entre a cantora Fafá de Belém, o seu preposto e o Governo do Estado do Paraná para apresentação pelos municípios?

Segundo: se o foi, que tipo de envolvimento teve o Governo do Estado, especialmente considerando-se a maciça campanha publicitária envolvendo o BANESTADO?

Terceiro: a quanto montou financeiramente a participação publicitária do BANESTADO?

Quarto: que outros custos financeiros houveram e quais os demais órgãos estaduais envolvidos?

Quinto: considerando-se a clara vinculação do Governo do Estado com a programação, pergunta-se: Nas apresentações pelos municípios houve distribuição gratuita de ingresso?

B) Quantos e a quem foram distribuídos esses ingressos pelos municípios?

Sexta: quantas vezes ocorreu esse tipo de programação artística há partir de março de 1983, com a participação tão enfática do Governo do Estado?

Fica comprovado que a tentativa da

Bancada Peemedebista-Governista nesta Assembléia, de obstruir a votação pela aprovação do nosso requerimento de Pedido de Informações, é porque por trás da cortina há de haver evidências que não são lícitas, que não é da organização do BANESTADO, tipo de coisas que não seja clara à população brasileira e até mesmo aos seus associados e depositantes.

Fica mais claro ainda, por que Fafá de Belém? Por que? Com tantas centenas de bons artistas e cantores que a Nação brasileira tem, mas que não se vincularam à campanha, ontem, por eleições diretas, hoje, por eleições indiretas. É claro e evidente que é parte do pagamento do trabalho da cantora Fafá de Belém, a que aqui os nossos pedidos e as nossas explicações não têm nada em detrimento com a pessoa da artista, mas sim, pelo motivo e pela maneira com que foi contratada pela BANESTADO Crédito Imobiliário do nosso Estado. Que ainda nem aprovado o meu requerimento, adiantou, Senhor Presidente, da BANESTADO Crédito Imobiliário, em mandar uma resposta fria, mentirosa, demagógica para que nós pudéssemos acreditar em tal infâmia como a que recebemos na tarde de hoje.

Por que esta é a única artista contratada que veio a público? Porque não alguns dos artistas do nosso Estado? Os cantores, os atores que são pouco divulgados na Nação brasileira por falta do apoio, dos governos passados, é bem claro, e do atual governo que tanto prometera pela cultura e pelo esporte do nosso Estado.

Eu recebi alguns dos cantores e alguns atores do Paraná, pedindo alguma ajuda nossa, porque a Secretaria não tem dado. Como parlamentar, ajuda maior do que esta jamais poderia dar, trazendo à clara ao conhecimento da população paranaense deste ato que vem denegrir a responsabilidade da BANESTADO Crédito Imobiliário. E ainda mais, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu quero a resposta clara do requerimento se a maioria deixar a sua aprovação. Porque outros nós teremos com referência à cantora Simone, que aqui não veio. E os Senhores procurem tomar conhecimento do que está acontecendo no Estado do Paraná, com a cantora Simone. Outra grande apresentadora dos "showmícios" do PMDB por toda a Nação brasileira.

Eu venho a defender isto porque não sou daqueles oportunistas, ao entender e ao aceitar a derrota do meu Partido e procurar uma sombra em alguma árvore que está começando a ficar frondosa, não. Prefiro retornar ao meu lar, porque na cidade pequeninha do Estado de Alagoas que nasci, na época não existia médico, e nas estradas era difícil o trânsito, e a parteira quando a mãe me pariu, me pegou nas mãos e disse: "Nasceu um homem, nasceu um Deputado".

Portanto, não é o medo de não ser governo; não é o medo porque nós não temos o que esconder, que o governo que assuma possa vasculhar a nossa vida, desde o nosso nascimento até os dias de hoje.

Não vou procurar sombra nenhuma, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Ficarei neste Plenário até que o povo do Paraná me dê respaldo, porque não é na derrota, na hora da derrota, que os democratas de ontem, quando dizia e eu entendo que democracia é respeito, à maioria e nós estamos a respeitar o Paraná o Governador José Richa que foi eleito pelo voto livre e soberano do povo do nosso Estado.

Nós respeitamos. Nós queremos apenas esclarecimentos do que achamos que está escuso, que está escondido.

Outro fato muito importante é que o nosso partido baixou unido para a Convenção Nacional do nosso Partido. Alguns ao perderem a Convenção, já procuram fundar a frente famigerada casuística, com o nome de Frente Liberal à procura da sombra para que possa não queimar a sua pele nesses próximos quatro anos do governo do PMDB que nós já aceitamos a sua vitória.

E depois, alguns que votaram até no vencedor do nosso partido estão fugindo de última hora, deixando a mercê aqueles homens do interior da mão calosa, que trabalham na terra, que são homens direitos e mulheres de bem, que votaram e fizeram com que viesse aos parlamentos do Brasil e não procuram. Agora consultar o povo para mudar de partido. Na época da eleição sabem pedir o voto, mas na época da mudança partidária todos se escondem e o povo que se expluda de lei. Um dos nossos atores brasileiros usa em um dos seus programas artísticos apresentado numa rede de televisão nacional.

E nós graças a Deus a marca de pulador de muro não temos. E não desejamos levar.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós continuaremos aqui a fazer os nossos pedidos, as nossas denúncias, com responsabilidade, porque não é apenas na palavra, porque a palavra morre no ar e os escritos aqui permanecem, eles aqui estão.

E guardarei comigo, Senhor Presidente Senhores Deputados, a resposta recebida pelo Diretor Presidente da Banestado Crédito Imobiliária, para que possa no futuro fazer com que ele mesmo entenda que por um ato irresponsável, escreveu em várias folhas de papel o que não é verdade, o que não retrata a verdade.

Nós queremos, e até quando distribuímos matéria à imprensa do Paraná, fizemos questão de não colocar o nome do Banestado, porque, não é como diz o Diretor, Senhor Deputado, que nós queremos denegrir o Banco, ou tirar e diminuir o prestígio do

Banco. Não. Eu dei entrada passivamente na Assembléia Legislativa, do meu requerimento como manda o Regimento Interno o direito que é assegurado a qualquer parlamentar.

E a imprensa pediu que o Governo do Estado esclareça o fato. Nós não procuramos envolver o Banestado. O que nós queremos é que o Banco cresça, porque repito e torno a repetir sem me cansar, é patrimônio nosso e não tem dono. Tem eventuais dirigentes, que se tiverem responsabilidade este patrimônio paranaense haverá de ser no Brasil inteiro um dos primeiros a gerar recursos e empregos para o nosso Estado, quiçá para a Nação Brasileira.

Agradeço, Senhor Presidente. Era só. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Pela ordem, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende a Vossa Excelência. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Três (3) Senhores Deputados aprovam.

Cinco (5) Senhores Deputados rejeitam.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 312/84

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 269/84, 298/84, 299/84, 309/84, 310/84, 336/84, 337/84, 338/84, 340/84, 341/84, 342/84, 343/84, 344/84, 345/84, 346/84, 347/84, 349/84, 350/84, 351/84, 364/84.

e dos Projetos de Resolução n.ºs 176/84, 177/84, 178/84, 179/84, 180/84, 183/84, 184/84, 185/84, 186/84, 187/84, 188/84, 189/84, 190/84, 191/84, 192/84, 193/84, 196/84, 197/84, 198/84, 199/84, 201/84, 202/84, 204/84, 205/84, 206/84, 207/84, 208/84, 209/84, 210/84.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 297/84, 352/84, 353/84, 354/84, 355/84,

356/84, 357/84, 358/84, 359/84, 360/84, 361/84, 362/84

e do Projeto de Resolução n.º 211/84.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 313/84, 318/84, 371/84, 372/84, 373/84, 374/84, 376/84.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO MÁRIO PEREIRA, EM SESSÃO DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 1984.

O REAJUSTE DO FUNCIONALISMO

A atual administração do Estado vem pautando suas atitudes em relação ao funcionalismo paranaense dentro do que Munhoz da Rocha, na década dos 50, entendia como um ponto de suma necessidade: a dignificação da função pública. Claro que a tese defendida por aquele saudoso conterrâneo tinha, ao seu tempo, uma determinada conotação, hoje certamente superada.

Mas o princípio continua de pé: a dignidade do funcionário passa, imprescindivelmente, por um salário justo, compatível com seus compromissos. Sucede, todavia, que a política salarial, no Paraná, em relação ao seu quadro de pessoal, não foi exercitada sob o melhor prisma de um atendimento real a nível financeiro. A defasagem entre as atualizações de salário e o desgaste da moeda tornaram aviltantes os padrões, contribuindo-se para que não se tivesse dado ao funcionalismo o que Bento Munhoz entendia imprescindível: a sua dignidade para o exercício, com exação, de suas funções.

A Assembléia Legislativa, em período extraordinário, está decidindo sobre a aprovação da mensagem do Senhor Governador, no sentido de aumento de vencimentos. O projeto integra-se numa estratégia já definida: a gradativa recuperação do poder salarial, compensando-se progressivamente, a erosão financeira dos ganhos dos servidores, nos últimos tempos. Claro que é um processo em progressão. Deve prosseguir dentro de 6 meses, quando se alizar uma nova alteração, considerando-se que é pacífico e incontestável o propósito do Executivo de, semestralmente realizar novas adequações, cada vez em nível de tal ordem que compense a descapitalização do venci-

mento do servidor público. Assim, há que se observar que a disposição de dar 100% do INPC foi alargada, ainda mais, para grupos de funcionários - ao todo cerca de 30 mil - que terão reajustes, já em janeiro, da ordem de 138%, segundo sublinhou José Olímpio de Paula Xavier, secretário de Administração. Esse decisório objetivou a correção de algumas distorções que vinham ocorrendo. Tudo isto significa uma ordem de despesas bem acentuada, se considerarem que a "folha de pagamento" passará de 73 bilhões mensais para 128 bilhões, mantendo-se, com rigidez, a disposição de não ampliar os quadros de funcionários. Não se faz, inclusive, a reposição nas vagas que, somadamente com o ano anterior, já alcançou um contingente de 3 mil.

Mas, na atuação política da atual administração relativamente ao funcionalismo, têm surgido leis muito justas e oportunas, como, por exemplo, essa de que os aposentados terão, sempre e automaticamente, seus reajustamentos nos mesmos níveis dos que se encontram em atividades. Somente esse diploma legal seria o suficiente para render palmas a uma administração, tantas têm sido as injustiças e preterições, como se o servidor, em aposentação, fosse um pária, totalmente esquecido, não se lhe rendendo o tributo da justiça por decênios de serviços prestados ao poder público.

O que se pode e deve observar é que, hoje, o funcionário está motivado e consciente de que, nas possibilidades do Tesouro, ele encontra receptividade ao seu pleito e que, até o final deste período, é muito possível que alcance a plenitude da compensação pelos anos anteriores em que viu seu salário ser corroído e envilecido pelo desgaste inflacionário, sem a compensação real para poder atender compromissos até de sobrevivência, tendo em vista a curva aguda do processo de custo de vida.

Ademais, também, gastando 128 bilhões por mês com o funcionalismo, é certo que essa grande massa de recursos voltará ao giro comercial, gerando conseqüentemente, mais recursos, com o "reaquecimento" econômico pelo maior poder de compra. E este é o grande propósito que se encerra na política salarial do governo paranaense: o de melhoria do padrão de vida de uma parcela operante de trabalhadores que empregam o seu esforço em manter o estado, nos seus três Poderes, funcionando regularmente.